



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE BACABAL - CCBa
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LETRAS

RYANNE VICTÓRIA DOS SANTOS SILVA

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DAS MULHERES NO *CASO DAS 10 MIL*

RYANNE VICTÓRIA DOS SANTOS SILVA

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DAS MULHERES NO *CASO DAS 10 MIL*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal do Maranhão, UFMA- Centro de Ciências de Bacabal - CCBa, como requisito obrigatório para o título de Licenciada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Valnecy Oliveira Corrêa
Santos

RYANNE VICTÓRIA DOS SANTOS SILVA

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DAS MULHERES NO *CASO DAS 10 MIL*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal do Maranhão, UFMA- Centro de Ciências de Bacabal - CCBa, como requisito obrigatório para o título de Licenciada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Valnecy Oliveira Corrêa Santos

Aprovada em 24 de julho de 2026.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Valnecy Oliveira Corrêa Santos (UFMA)
Orientadora

Prof. Dr. Paulo da Silva Lima (UFMA)
Examinador interno

Prof.^a Me. Laize Oliveira Silva
Examinadora externa

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Victória dos Santos Silva, Ryanne.

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DAS MULHERES NO CASO DAS 10 MIL
/ Ryanne Victória dos Santos Silva. - 2026.

53 p.

Orientador(a): Valnecy Oliveira Corrêa Santos.

Monografia (Graduação) - Curso de Letras - Português,
Universidade Federal do Maranhão, Via Meet, 2026.

1. Análise do Discurso. 2. Podcast. 3. Aborto. 4.
Representação Discursiva da Mulher. I. Oliveira Corrêa
Santos, Valnecy. II. Título.

Aos meus filhos, raz3o do meu viver e maior inspira33o, e aos meus av3s, por todo o amor, os ensinamentos e os valores que levarei comigo para sempre.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, fonte de toda força, sabedoria e esperança. Foi por Sua graça que encontrei coragem para enfrentar os desafios e perseverar até a conclusão desta importante etapa da minha vida.

Aos meus filhos Geovanna, Álvaro Gael e Isaac, minha maior motivação e razão para nunca desistir. Vocês são a luz que ilumina meus caminhos e a inspiração que me impulsiona a buscar um futuro melhor a cada dia.

A minha avó Maria Delza e ao meu falecido avô Domingos, por todo o amor, carinho, apoio e pelos valores que me ensinaram ao longo da vida. Sou profundamente grata por tudo o que representam para mim.

Ao meu namorado e companheiro de vida Taylan, pelo incentivo e apoio durante toda essa caminhada. Obrigada por acreditar em mim, mesmo nos momentos em que eu duvidei.

A minha orientadora e professora Valnecy Corrêa, minha sincera gratidão pela dedicação, pelos ensinamentos, pela confiança e por toda a orientação oferecida ao longo da construção deste trabalho. Sua contribuição foi fundamental para a realização desta pesquisa.

Aos meus amigos que a universidade me presenteou, Alana, Ronald, Marcos Paulo, Juliana, Sara e Brenda, agradeço pela amizade, pelas trocas de conhecimento, pelo apoio mútuo e pelos momentos compartilhados durante essa trajetória acadêmica. Caminhar ao lado de vocês tornou essa jornada mais leve e significativa.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste sonho. Esta conquista também pertence a cada pessoa que esteve ao meu lado ao longo dessa caminhada.

"As palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam".

Michel Pêcheux

RESUMO

Esta pesquisa aborda a construção discursiva das mulheres envolvidas no denominado *Caso das 10 Mil*, tomando como objeto de estudo o podcast *O Caso das 10 Mil*, produzido pela Folha de S.Paulo. O estudo parte da compreensão de que os discursos sobre o aborto são atravessados por relações de poder, ideologia e memória discursiva, produzindo efeitos de sentido que influenciam a forma como essas mulheres são nomeadas, representadas e interpretadas socialmente. Nesse contexto, o objetivo da pesquisa consiste em analisar como os discursos produzidos no podcast constroem ideologicamente as mulheres envolvidas no caso. A pesquisa fundamenta-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de orientação pecheutiana, mobilizando, principalmente, as contribuições de Pêcheux (1975, 1988, 1995 e 2009) e Orlandi (2010 e 2012), por meio dos conceitos de discurso, sujeito, ideologia, formação discursiva, formação imaginária e interdiscurso. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter interpretativo, desenvolvida a partir da análise discursiva dos seis episódios que compõem o podcast, mediante levantamento bibliográfico, escuta do corpus, transcrição e seleção de recortes discursivos representativos. Os resultados evidenciam que o podcast constrói diferentes representações das mulheres ao significá-las, em distintos momentos, como pacientes, investigadas, acusadas, vítimas e sujeitos atravessados por discursos médicos, jurídicos, religiosos, políticos e midiáticos. Conclui-se que o podcast constitui um espaço de disputa de sentidos, no qual se confrontam diferentes formações discursivas, revelando que as representações das mulheres são produzidas por processos históricos e ideológicos que naturalizam determinadas posições-sujeito, ao mesmo tempo em que permitem deslocamentos e resistências na produção dos sentidos sobre o aborto no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Podcast; Aborto; Representação discursiva da mulher.

ABSTRACT

This research addresses the discursive construction of the women involved in the so-called Case of the 10,000, taking as its object of study the podcast *The Case of the 10,000*, produced by Folha de S.Paulo. The study is based on the understanding that discourses on abortion are traversed by relations of power, ideology, and discursive memory, producing meaning effects that influence the ways in which these women are named, represented, and socially interpreted. In this context, the objective of the research is to analyze how the discourses produced in the podcast ideologically construct the women involved in the case. The research is grounded in the theoretical and methodological assumptions of Pêcheux's Discourse Analysis, drawing mainly on the contributions of Pêcheux (1975, 1988, 1995, and 2009) and Orlandi (2010 and 2012), through the concepts of discourse, subject, ideology, discursive formation, imaginary formation, and interdiscourse. This is a qualitative and interpretative study developed through the discursive analysis of the six episodes that make up the podcast, based on bibliographic research, corpus listening, transcription, and the selection of representative discursive excerpts. The results show that the podcast constructs different representations of the women by signifying them, at different moments, as patients, investigated individuals, defendants, victims, and subjects traversed by medical, legal, religious, political, and media discourses. It is concluded that the podcast constitutes a space of dispute over meanings, in which different discursive formations confront one another, revealing that representations of women are produced by historical and ideological processes that naturalize certain subject positions while also allowing shifts and forms of resistance in the production of meanings about abortion in the Brazilian context.

Keywords: Discourse Analysis; Podcast; Abortion; Discursive Representation of Women.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	9
1	ANALISE DO DISCURSO: teoria de interpretação.....	11
1.1	Formação Imaginária	15
1.2	Formação Discursiva	16
1.3	Interdiscurso.....	17
2	OS PROCESSOS DE ANÁLISE NO <i>CASO DAS 10 MIL</i>.....	19
2.1	O podcast como gênero discursivo.....	25
2.2	Procedimentos metodológicos.....	26
3	ANÁLISE DOS EPSÓDIOS.....	27
3.1	Episódio 1: “<i>A Clínica</i>”.....	27
3.2	Episódio 2: “<i>As Mulheres</i>”.....	31
3.3	Episódio 3: “<i>O Congresso</i>”.....	36
3.4	Episódio 4: “<i>A Médica</i>”.....	38
3.5	Episódio 5: “<i>O Júri</i>”.....	40
3.6	Episódio 6: “<i>O Hospital</i>”.....	45
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
	REFERÊNCIAS.....	53

INTRODUÇÃO

A questão do aborto no contexto brasileiro implica enfrentar uma realidade complexa e desafiadora. Inscrevem-se dizeres já estabilizados sobre a maternidade, a sexualidade feminina, a moral religiosa, o controle do corpo das mulheres e a criminalização do aborto. Esses dizeres não emergem de modo isolado no discurso midiático ou institucional, mas são retomados como pré-construídos que produzem efeitos de evidência e naturalização. Assim, o que se apresenta como “opinião”, “relato” ou “informação” é, na realidade, atravessado por uma memória discursiva que determina o modo como as mulheres são nomeadas, qualificadas e interpretadas.

Em 2007, veio à tona o chamado “Caso das 10 mil”, referente a uma operação policial que investigou a prática de aborto em uma clínica clandestina na cidade de Campo Grande (MS), onde cerca de 10 mil mulheres teriam recorrido ao procedimento ilegal. O episódio ganhou repercussão nacional não apenas pela dimensão quantitativa, pressupõe-se que o tratamento jurídico e midiático dispensado às mulheres envolvidas possa contribuir para que elas deixem de ser compreendidas como sujeitos inseridos em contextos complexos, sendo, em vez disso, enquadradas predominantemente em discursos que as associam à culpabilidade moral e à criminalidade.

Em 30 de agosto de 2023 o Jornal Folha de São Paulo produziu um podcast de seis episódios que narra os acontecimentos desse caso. Nesse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar as falas construídas sobre as mulheres citadas no caso. A trajetória dessas mulheres descreve o momento em que o acordo estabelecido entre a médica e a comunidade foi desfeito e demonstra como a questão do aborto passou a ocupar posição central em um embate político que persiste até os dias atuais.

Para a realização desse trabalho, temos como suporte teórico a Análise do Discurso área de estudos que se articula da Linguística e das Ciências Sociais, constatando que linguagem e sua exterioridade não se separam, pois se constituem mutuamente. Além disso, em Pêcheux (1975) entendemos que não existe discurso que não seja afetado pelo sujeito, e conseqüentemente, por sua ideologia e suas condições de produção. Compreendemos também, que o discurso é a produção de efeitos de sentido entre interlocutores desse modo, não se trata apenas de uma análise textual, mas da investigação do discurso tal como se materializa nos episódios de podcast.

Diante dessa concepção, surge o questionamento: Como os discursos produzidos no podcast constroem ideologicamente as mulheres envolvidas no caso? Partindo da problemática, a pesquisa se inscreve nos estudos discursivos, adotando como metodologia a análise de um *corpus* constituído pelo podcast “o caso das 10 mil”. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas dentro do escopo teórico durante todo o processo de construção do dispositivo teórico-analítico que contou com os seguintes conceitos: Discurso; Sujeito; Formações imaginárias e Interdiscurso. A coleta de dados foi feita a partir dos seis episódios do podcast “*Caso das 10 mil*”, sendo eles: Ep 1. *A Clínica*; Ep 2. *As Mulheres*; Ep 3. *O Congresso*; Ep 4. *A Médica*; Ep 5. *O Júri*; Ep 6. *O Hospital*.

Portanto, a relevância deste trabalho reside na contribuição para o debate sobre aborto, ao oferecer uma leitura crítica dos mecanismos discursivos que sustentam a representação e descrição das mulheres envolvidas no caso e também leva a reflexão sobre os modos pelos quais o discurso construído no podcast opera na produção de verdades e na regulação das subjetividades femininas. No que se refere à organização deste trabalho, deu-se a divisão em três capítulos: o primeiro capítulo apresenta os fundamentos na Análise do Discurso, com ênfase nas contribuições de Pêcheux e nos principais conceitos que sustenta esta pesquisa, tais como discurso, sujeito, ideologia, formações imaginárias e interdiscurso. O segundo capítulo descreve os procedimentos metodológicos adotados, contemplando a caracterização da pesquisa, a constituição do *corpus* e os critérios de seleção e análise dos episódios do podcast *O Caso das 10 Mil*. Por fim, o terceiro capítulo é dedicado às análises discursivas do *corpus*, nas quais se investigam os efeitos de sentido produzidos na construção das representações das mulheres envolvidas no caso, considerando as condições de produção, as formações discursivas e os processos ideológicos que atravessam os enunciados, reúne as análises dos seis episódios do podcast, buscando compreender como os discursos produzidos ao longo da narrativa constroem representações das mulheres envolvidas no caso e quais efeitos de sentido são produzidos a partir das formações discursivas e ideológicas mobilizadas.

1 ANÁLISE DO DISCURSO: teoria de interpretação

Para a elaboração deste trabalho, baseamo-nos na sustentação teórica da Análise do Discurso (AD) campo de estudos que emergiu na França na década de 1960. Essa vertente foi desenvolvida por Michel Pêcheux, considerado seu fundador, juntamente com seus colaboradores, a partir de críticas à Análise de Conteúdo praticada nas Ciências Sociais, que

se limitava à compreensão do que o texto expressa em seu conteúdo manifesto. Conforme Pêcheux (1988), o discurso é compreendido como um efeito de sentidos produzido entre sujeitos, constituído historicamente e atravessado pela ideologia. Nessa perspectiva, os sentidos não são fixos nem transparentes, pois dependem das condições de produção em que o dizer é formulado e das formações discursivas que determinam o que pode ou deve ser dito em determinado contexto histórico e social.

Assim, Pêcheux (1975) propõe uma abordagem distinta, sustentando que a análise de um texto deve ir além do que é dito, buscando compreender o modo como ele opera na produção de efeitos de sentido. Posteriormente, ao conceber a língua como a materialidade do discurso, Pêcheux também questiona o tratamento dado à linguagem pela Linguística tradicional, que tende a ignorar sua exterioridade. Observamos que a linguística saussuriana trata a língua como um sistema fechado em si mesmo, enquanto a AD compreende que o exterior à língua não é um elemento acessório, mas constitutivo de seu próprio funcionamento.

Assim, para recuperar o que foi rechaçado pela Linguística, a Análise do Discurso a relaciona a outros campos, como o Marxismo e a Psicanálise. Orlandi (2010) afirma que a Análise do Discurso:

Não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. ORLANDI (2010, p. 20)

Logo, foi criada com base em teorias propostas por essas três regiões do conhecimento, porém, mais que isso, com base em questionamentos feitos a esses fundamentos por Michel Pêcheux e pelos estudiosos que participavam de seu grupo de pesquisa.

Segundo Pêcheux (2009), “todo dizer é atravessado por outros dizeres”, o que ele denomina de interdiscurso, ou seja, nenhum discurso é criado do zero, mas sempre se constrói a partir de discursos anteriores, que moldam o que pode ou não ser dito. Assim, o sujeito não fala a partir de um ponto de vista neutro ou autônomo, mas a partir de posições ideológicas específicas, delimitadas pelas formações discursivas às quais ele pertence. A formação discursiva é um conceito central na teoria e refere-se ao conjunto de regularidades e restrições que regem o dizer em um dado contexto histórico e social. Isso significa que cada discurso

carrega um “modo de dizer” que está atrelado a uma posição social e ideológica. Por exemplo, quando uma mulher fala sobre sua experiência com o aborto, especialmente em contextos de criminalização e moralismo como no Brasil, seu discurso não é livre, mas atravessado por formações discursivas médicas, jurídicas, religiosas, midiáticas e políticas, que moldam os sentidos possíveis e impossíveis de sua fala.

Ademais, a análise do discurso permite compreender como esses discursos atuam, interpelando os sujeitos e os posicionando de maneiras específicas. No “caso das 10 mil”, as mulheres que passaram por procedimentos de aborto foram interpeladas por discursos hegemônicos que as colocam da sua forma de pensar ou seus pontos de vista.

Nesse sentido, o conceito de posição-sujeito é fundamental. Conforme Pêcheux (2009, p. 61), “o sujeito não é causa de si mesmo: ele é efeito de um processo ideológico materializado na linguagem”. Isso significa que o ser humano não é alguém totalmente livre ou isolado, mas é constituído por discursos que o atravessam, moldam e o inserem na sociedade. Nossas formas de pensar, agir, sofrer e resistir são sempre construídas a partir de discursos sociais, históricos e ideológicos que nos precedem. Mesmo a resistência não ocorre fora do discurso ela também é discursiva.

Portanto a análise do discurso não busca revelar “a verdade” de um sujeito, mas compreender como os sentidos são produzidos, disputados, silenciados ou naturalizados nos diferentes contextos em que os sujeitos se inscrevem. Essa perspectiva se mostra especialmente potente para analisar discursos sobre o aborto no Brasil, pois permite enxergar como a linguagem revela e reproduz relações de dominação e exclusão, ao mesmo tempo em que abre brechas para reapropriações dos sentidos.

O discurso aqui citado, segundo Pêcheux (1975/1988), é efeito de sentidos produzido entre interlocutores. O autor propõe, esse conceito em seu livro *Por Uma Análise Automática do Discurso*, a partir de uma crítica feita à concepção de língua proposta por Jakobson (1968, apud: Pêcheux, idem, p. 81) que afirma que:

O destinador envia uma mensagem ao destinatário. Para ser operante, a mensagem requer antes um contexto ao qual ela remete (é isto que chamamos também, em uma terminologia um pouco ambígua, o “referente”), contexto apreensível pelo destinatário e que é verbal ou suscetível de ser verbalizado; em seguida a mensagem requer um código, comum, (ou ao menos em parte, ao destinador e ao decodificador da mensagem). A mensagem requer, enfim, um contacto, um canal físico ou uma conexão psicológica entre o destinador e o destinatário, contacto que permite estabelecer e manter a comunicação. (1968, apud: Pêcheux, idem, p. 81).

Assim, segundo Jakobson, para a Linguística, a língua serve fundamentalmente para comunicação, troca de informações. Pêcheux (1975/1997) questiona essa teoria e explicita que a língua associada à sua exterioridade é o discurso, que para a Análise do Discurso é a produção de efeitos de sentidos entre interlocutores. Além disso, Pêcheux afirma que não basta os interlocutores falarem a mesma língua e possuírem um canal entre destinador e destinatário para que determinada mensagem enviada por um deles seja compreendida pelo outro, pois cada um estará inserido em determinadas formações ideológicas e entenderão a mensagem a partir delas, podendo ser de acordo com a intenção inicial do autor dela ou não. Pêcheux ainda diz que:

fica bem claro, já de início, que os elementos A e B2 designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais. [...] O que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do outro. PÊCHEUX (1975/1997, p. 82).

Por isso, tanto a produção quanto o entendimento dos efeitos de sentido produzidos entre interlocutores dependerá também da imagem social que eles atribuem um ao outro, da interpelação ideológica. Pêcheux (1975/1997) cita o exemplo da formação imaginária que patrão e empregado têm um do outro explicitando que o modo como se comportam já está socialmente posto pela ideologia. E, desse modo, o podcast não serve apenas para transmissão de informações, mas ajudam a reforçar um imaginário sobre a mulher que é social, ou seja, fazem circular dizeres sobre o papel social da mulher.

Por diante, ao analisarmos as falas construídas e os modos de descrição das mulheres no podcast Caso das 10 mil, faz-se necessário explicitar a concepção de texto que orienta esta pesquisa. Entendemos o texto como a unidade de análise que possibilita o acesso ao discurso, o qual “tanto pode ser oral ou escrito e, indo mais além, podemos estender a noção de texto às linguagens não verbais” (Orlandi, 2012, p. 10). Assim, delimitamos nossa análise à materialidade textual das transcrições das falas, compreendendo que é por meio dessa materialidade que investigamos os efeitos de sentido produzidos sobre as mulheres envolvidas no caso.

Dessa forma, o discurso, entendido como efeito de sentidos entre interlocutores Pêcheux (1975/1988), pode se materializar de diferentes modos, desde que esteja inscrito na história e nas condições de produção. As falas analisadas, portanto, constituem-se como materialidades discursivas, uma vez que são produzidas por sujeitos historicamente situados,

atravessados por formações ideológicas, que constroem determinadas representações sobre as mulheres envolvidas no caso narrado.

Ademais, ao considerar a exterioridade do texto, levamos em conta as condições de produção do podcast, o lugar social das jornalistas enquanto narradoras, bem como as ideologias que atravessam suas narrativas. Conforme afirma Pêcheux (1975/1988), “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”, o que implica compreender o discurso como a língua em funcionamento, produzindo sentidos a partir da relação entre sujeito, história e ideologia. Assim, a análise proposta busca compreender como, por meio das falas das jornalistas, são construídas determinadas imagens e significações sobre as mulheres no Caso das 10 mil.

1.1 Formação Imaginária

A formação imaginária, também proposta por Pêcheux (1997), está diretamente ligada ao modo como os sujeitos se representam e se reconhecem nas relações discursivas. Segundo o autor, o discurso envolve sempre dois lugares simbólicos o sujeito A e o sujeito B, que se percebem e se constroem mutuamente através de imagens e expectativas. Essas imagens não correspondem à realidade objetiva dos interlocutores, mas a representações ideológicas que estruturam as relações de poder no dizer.

Assim, o imaginário é o que permite que o discurso aconteça, pois o sujeito fala a partir da imagem que tem de si e da imagem que faz do outro. No caso das representações de gênero, isso significa que a mulher, ao ser discursivamente representada, é colocada em posições imaginárias que refletem o modo como a sociedade a enxerga como frágil, emocional, dependente, ou, em contraposição, como resistente e autônoma.

Na mídia, essas formações imaginárias se tornam especialmente visíveis. Como observa Mariani (1998), a imprensa tende a assumir o papel de mediadora da “verdade”, criando o efeito de objetividade e neutralidade. No entanto, tal discurso está sempre atravessado por interesses econômicos e ideológicos. A forma como as mulheres são retratadas em reportagens, propagandas ou campanhas publicitárias evidencia a materialização dessas formações imaginárias: o discurso jornalístico, ao narrar e interpretar o mundo, também reproduz valores e hierarquias de gênero.

Ao mesmo tempo, o espaço midiático também abriga fissuras e deslocamentos. Em situações como o “Caso das 10 Mil”, surgem vozes que contestam o discurso hegemônico e propõem novas leituras sobre o papel da mulher na sociedade. A resistência discursiva, nesse sentido, emerge do confronto entre diferentes formações imaginárias: a tradicional, que

reproduz papéis sociais naturalizados, e a contra hegemônica, que reivindica visibilidade e poder de enunciação.

A partir dessa análise, torna-se possível compreender que o discurso é um campo de luta simbólica onde se confrontam representações, identidades e ideologias. Como afirma Pêcheux (1988), “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam”, o que significa que o discurso sobre as mulheres longe de ser estático é constantemente ressignificado nas disputas de poder que atravessam a sociedade capitalista e patriarcal.

Desse modo, as formações discursivas, ideológicas e imaginárias se articulam para explicar como as representações femininas são produzidas, reproduzidas e transformadas no espaço social. O estudo do discurso, então, não se limita a descrever o que é dito, mas busca compreender quem pode dizer, a partir de que lugar de fala e quais posições sociais ocupam.

1.2 Formação Discursiva

Pêcheux compreende a formação discursiva como um dos principais elos entre linguagem e ideologia. Para o autor, os discursos não emergem de sujeitos livres e autônomos, mas de posições determinadas historicamente e socialmente. Assim, cada formação discursiva corresponde a um modo de produzir sentidos, sendo atravessada por relações de classe e por práticas ideológicas que estruturam o dizer. A FD, portanto, não é apenas um conjunto de palavras, mas um espaço de funcionamento da ideologia na linguagem.

Ao tratar das formações discursivas, Pêcheux destaca que elas não constroem sujeitos, mas os representam dentro de determinadas relações de dominação e poder. O discurso é, nesse sentido, um campo de disputa simbólica no qual se manifestam as contradições de uma sociedade de classes. Essa perspectiva é essencial para compreender como, nas práticas discursivas, certos grupos como as mulheres têm suas vozes e identidades moldadas por condições históricas e ideológicas específicas.

Em *Semântica e Discurso* (1988), Pêcheux introduz a distinção entre interdiscurso e intradiscurso, ampliando o entendimento sobre como os sentidos circulam e se transformam. O interdiscurso diz respeito à memória discursiva aquilo que já foi dito em outro lugar e retorna resignificado, nas novas enunciações. O intradiscurso, por sua vez, é o espaço do dizer atual, o momento em que o sujeito produz o discurso dentro de determinadas condições. Ao observar discursos sobre o feminino, percebe-se como a interdiscursividade atua na reprodução de estereótipos e na manutenção de um imaginário social que posiciona as mulheres em lugares pré-determinados. Contudo, é nesse mesmo movimento que emergem as

resistências discursivas fissuras no dizer dominante que permitem novas formas de representação e de subjetivação.

A Análise do Discurso, ao articular linguagem, ideologia e história, propõe compreender o sujeito como atravessado por múltiplos sentidos e posições sociais. Nesse quadro, o sujeito não é autônomo, mas constituído pelo discurso; ele é como afirma Marx (2001), “um ser histórico que reage às determinações do seu tempo”. Pêcheux retoma essa concepção ao pensar o sujeito como “subjetividade objetivada”, isto é, alguém que fala a partir de uma posição social concreta e sob o efeito das formações ideológicas que o interpelam.

Assim, ao analisar discursos midiáticos como o do “*Caso das 10 Mil*”, compreende-se que as falas sobre as mulheres não são neutras, mas se inscrevem em formações discursivas marcadas por ideologias. Tais discursos revelam como o feminino é construído socialmente, permitindo observar como as mulheres ora são representadas como objeto, ora emergem como sujeitos de enunciação que questionam essa posição.

1.3 Interdiscurso

A reformulação do conceito de formação discursiva, proposta por Pêcheux, desloca o olhar da suposta unidade e homogeneidade dos discursos para seus interstícios, isto é, para o interdiscurso. Tal deslocamento decorre do reconhecimento de que toda formação discursiva se constitui a partir de uma relação contraditória com outros dizeres, os quais são dissimulados pela transparência do sentido que nela se produz. Assim, Pêcheux (1995) diz que a formação discursiva oculta à objetividade material do interdiscurso, fazendo operar o efeito de evidência do sentido. Essa objetividade material reside no fato de que “algo fala” sempre antes, em outro lugar e independentemente do sujeito, sob a dominação do complexo das formações ideológicas. Trata-se de um evento cuja significação se constrói no espaço do interdiscurso, isto é, no confronto e na articulação entre formações discursivas distintas, atravessadas por memórias históricas, ideológicas e sociais que antecedem e excedem o próprio acontecimento.

Nessa perspectiva, o interdiscurso é compreendido como o “todo complexo com dominante” das formações discursivas. Ele não se define como a simples soma dos discursos existentes, mas como o espaço relacional em que se estabelecem as diferenças, trocas e confrontos entre formações discursivas. É nesse campo que se localiza o já-dito, isto é, a memória discursiva que atravessa os discursos e os constitui historicamente. O interdiscurso, portanto, não se apresenta como repetição do mesmo, mas como diferença, como alteridade

que retorna e produz novos efeitos de sentido.

As regras do interdiscurso são determinantes para a constituição das formações discursivas, uma vez que definem o que pode e deve ser dito em determinadas condições históricas e ideológicas. Ao mesmo tempo, é por meio do interdiscurso que se realiza o funcionamento da ideologia em geral, na medida em que esta interpela os indivíduos em sujeitos. Assim Pêcheux (1995) afirma que o interdiscurso determina o discurso do sujeito e, no processo discursivo, é reinscrito no próprio sujeito, que se constitui como efeito dessa rede de dizeres anteriores. Bem como no caso das mulheres que inscrevem dizeres já estabilizados sobre a maternidade, a sexualidade feminina, a moral religiosa, o controle do corpo das mulheres e a criminalização do aborto. Esses dizeres não emergem de modo isolado no discurso midiático ou institucional, mas são retomados como pré-construídos que produzem efeitos de evidência e naturalização. Assim, o que se apresenta como “opinião”, “relato” ou “informação” é, na realidade, atravessado por uma memória discursiva que determina o modo como as mulheres são nomeadas, qualificadas e interpretadas.

Com base nessa compreensão, Pêcheux (1995) afirma que o interdiscurso atravessa o intradiscurso, mobilizando sentidos já constituídos historicamente e ideologicamente. Desse modo, o dizer nunca se apresenta como inteiramente novo, mas é atravessado por uma memória discursiva que orienta e condiciona a produção dos sentidos. Assim, o sujeito enuncia a partir de formações discursivas que antecedem sua fala e possibilitam determinados efeitos de sentido, remetendo ao que Pêcheux designa como funcionamento metonímico do discurso. Além disso, o interdiscurso aparece sob a forma do pré-construído, colocando em jogo elementos que antecedem o sujeito falante e que o constituem como assujeitado a uma determinada formação discursiva. Nesse sentido, o intradiscurso entendido como o “fio do discurso” é, rigorosamente, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, produzindo a ilusão de evidência e naturalidade do que é dito.

Esse efeito de evidência contribui para a simulação da autonomia do sujeito, uma vez que a forma-sujeito oculta a determinação interdiscursiva de seu dizer. O interdiscurso, assim, funciona como o lugar da memória discursiva que sustenta os sentidos e, simultaneamente, como aquilo que é apagado para que o discurso se apresente como evidente e transparente.

Conforme Orlandi (2010, p. 43-44), as formações discursivas podem ser compreendidas como regionalizações do interdiscurso, isto é, como configurações específicas dos discursos em suas relações. O interdiscurso disponibiliza os dizeres e

determina, pelo já-dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação à outra. Desse modo, afirmar que a palavra significa em relação a outras é reconhecer que os sentidos são produzidos na articulação entre formações discursivas, sempre dominadas pelo interdiscurso em sua objetividade material contraditória. No funcionamento interdiscursivo do caso, o já-dito opera de modo determinante. O interdiscurso, nesse sentido, sustenta a obviedade dos sentidos e, ao mesmo tempo, oculta as condições históricas de sua produção.

Diante do exposto, compreendemos que a AD oferece os pressupostos teóricos necessários para investigar os efeitos de sentido produzidos sobre as mulheres envolvidas no *Caso das 10 mil*. Os conceitos de discurso, sujeito, ideologia, formação discursiva, interdiscurso e intradiscurso possibilitam compreender que os sentidos não são naturais nem transparentes, mas historicamente constituídos e atravessados por suas relações de poder. Assim, no capítulo seguinte, apresentamos o percurso metodológico da pesquisa, explicitando a constituição do corpus, os procedimentos de seleção das sequências discursivas e os caminhos analíticos adotados.

2 OS PROCESSOS DE ANÁLISE NO CASO DAS “10 MIL”

Neste capítulo, descrevem-se os caminhos percorridos para a constituição do *corpus* e para a realização da análise discursiva desenvolvida nesta pesquisa. A análise, conforme apresentada ao longo deste trabalho, fundamenta-se na Análise do Discurso (AD), compreendendo o discurso como um efeito de sentidos produzido nas relações entre língua, história e ideologia. Nessa perspectiva, os recortes discursivos selecionados buscam compreender os sentidos produzidos sobre o aborto e sobre as mulheres envolvidas no *caso das “10 Mil”*, considerando as condições de produção que atravessam esses dizeres.

O *corpus* da pesquisa é constituído pelos seis episódios do podcast que aborda o *caso das “10 Mil”*, disponibilizado na plataforma Spotify. Ao longo dos episódios, são apresentados os acontecimentos que envolvem a investigação policial, os processos judiciais e a repercussão social do caso, bem como diferentes discursos sobre o aborto, a maternidade, a criminalização das mulheres e os direitos reprodutivos. Por apresentarem diferentes posições discursivas acerca do tema, os episódios constituem um material significativo para a investigação proposta.

Inicialmente, apresenta-se um quadro com a identificação dos episódios que compõem o *corpus* da pesquisa, acompanhado do resumo das transcrições dos episódios. Em seguida, discute-se o podcast como gênero discursivo, destacando suas principais características e sua

constituição como suporte para a circulação de discursos na contemporaneidade. Posteriormente, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados, a caracterização da pesquisa e os critérios utilizados para a constituição do *corpus*. Por fim, explicitam-se os procedimentos de análise que orientam a interpretação dos recortes discursivos selecionados.

EPISÓDIO	TÍTULO	RESUMO
Episódio 1	A Clínica	O primeiro episódio apresenta a história da Clínica de Planejamento Familiar, da médica Neide Mota Machado, que funcionou em Campo Grande (MS) entre 1989 e 2007. Embora realizasse abortos clandestinos, a clínica era amplamente conhecida na cidade e funcionou por quase 20 anos sem grandes interferências das autoridades, em um acordo silencioso entre a médica e a sociedade local. A situação mudou em abril de 2007, quando uma reportagem da TV Globo, gravada com câmera escondida, mostrou o funcionamento da clínica e revelou que ela realizava abortos. Três dias depois da exibição, a polícia cumpriu uma operação no local. Apesar de acreditar que encontraria poucas provas, os investigadores apreenderam 9.896 prontuários médicos, contendo informações detalhadas sobre milhares de mulheres que passaram pela clínica ao longo de duas décadas. Esses documentos registravam não apenas dados médicos, mas também motivos para interromper a gravidez, condições financeiras, situação familiar, religião, relacionamento com parceiros e outros aspectos íntimos das pacientes. As fichas se tornaram a principal prova da investigação e deram origem ao maior processo judicial relacionado ao aborto já registrado no Brasil. Como o crime de aborto prescreve após oito anos, apenas cerca de 1.200 prontuários puderam ser utilizados para abrir investigações contra as mulheres. Muitas passaram a responder criminalmente e enfrentaram o medo da exposição de informações pessoais. Organizações feministas denunciaram que os prontuários ficaram acessíveis ao público por um período, comprometendo o sigilo médico. A polícia e o Judiciário negaram essa acusação, embora reportagens da época tenham indicado que parte da documentação esteve disponível para consulta. O episódio também contextualiza o momento político do Brasil em 2007. O debate sobre a descriminalização do aborto estava em destaque, com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, defendendo que o tema fosse tratado como uma questão de saúde pública. Ao mesmo tempo, parlamentares e grupos religiosos intensificavam a oposição à legalização, utilizando casos como o da clínica de Campo Grande para fortalecer suas posições. A médica Neide Mota Machado, figura conhecida na cidade e bem relacionada politicamente, passou a ser investigada, teve a prisão decretada e fugiu. Segundo pessoas próximas, ela afirmou que poderia revelar os nomes de pessoas influentes que

		havia recorrido aos serviços da clínica. No entanto, esses nomes nunca vieram a público. Quem acabou tendo sua identidade exposta foram principalmente mulheres comuns, muitas delas em situação de vulnerabilidade, que passaram a sofrer investigações, constrangimentos e consequências pessoais e familiares. O episódio termina mostrando que o foco da narrativa mudará da clínica para as mulheres envolvidas. O próximo capítulo abordará como elas viveram as investigações, os interrogatórios e os impactos que o processo judicial teve em suas vidas.
Episódio 2	As Mulheres	O segundo episódio desloca o foco da investigação da clínica para as mulheres que foram processadas após a apreensão dos quase 10 mil prontuários da Clínica de Planejamento Familiar, em Campo Grande (MS). O episódio mostra como o processo judicial afetou profundamente suas vidas, expondo suas histórias pessoais, familiares e profissionais. O episódio apresenta diferentes histórias para mostrar que não existe um único motivo que leva uma mulher a abortar. Além dos relatos das pacientes, o episódio acompanha a atuação de organizações feministas e de direitos humanos, que passaram a oferecer assistência jurídica às mulheres. Essas entidades denunciaram que os prontuários médicos foram apreendidos e utilizados de forma irregular, violando o sigilo médico, a privacidade e os direitos das pacientes. O podcast apresenta diferentes interpretações jurídicas sobre a legalidade da apreensão dos documentos, mostrando que não há consenso entre especialistas. Outro ponto importante é a exposição pública das mulheres. Como muitos processos não estavam protegidos por segredo de justiça, seus nomes passaram a aparecer no sistema do Tribunal de Justiça e na imprensa. Isso gerou medo, vergonha e conflitos familiares, levando algumas mulheres a desenvolver depressão ou abandonar o trabalho. O episódio também discute a qualidade do atendimento da clínica. Algumas pacientes relataram que receberam um atendimento acolhedor e seguro, enquanto outras afirmaram ter sido humilhadas, pressionadas a abortar e tratadas de forma diferente conforme sua condição financeira. O Ministério Público sustentou que a clínica priorizava o lucro e chegou a acusar a médica Neide Mota Machado de utilizar medicamentos inadequados em pacientes de baixa renda, acusação negada por sua defesa. O episódio também explica como funcionou a estratégia do Ministério Público. Como o crime de aborto prevê pena mínima de um ano, foi oferecida às acusadas a suspensão condicional do processo. Quem aceitasse deveria confessar o aborto e cumprir algumas condições, como comparecer mensalmente ao fórum durante dois anos e não cometer novos crimes. A promotoria defendia essa solução como uma forma de evitar punições mais severas, enquanto movimentos feministas consideravam que ela pressionava as mulheres a confessar um crime utilizando provas que

		poderiam ser consideradas ilegais.
Episódio 3	O Congresso	O terceiro episódio, mostra como o aborto deixou de ser apenas uma questão de saúde pública para se tornar um dos principais temas de disputa política no Congresso Nacional. O episódio acompanha a trajetória do ex-deputado Luiz Bassuma, que, motivado por suas convicções religiosas, tornou-se um dos principais líderes do movimento antiaborto no Brasil. Em 2005, diante da proposta de descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação apoiada por setores do governo Lula, Bassuma organizou a primeira Frente Parlamentar em Defesa da Vida e Contra o Aborto, mobilizando parlamentares e grupos religiosos para impedir a aprovação do projeto. A forte pressão política fez com que a proposta fosse retirada da pauta, marcando um ponto de inflexão no debate sobre os direitos reprodutivos no país. Em 2007, Bassuma apresentou o Estatuto do Nascituro, que busca garantir direitos ao feto desde a concepção e restringir ainda mais o aborto, projeto que continua sendo defendido pela bancada antiaborto. O episódio também relaciona essa mobilização política ao Caso das 10 Mil, mostrando que, após a descoberta da clínica clandestina em Campo Grande, Bassuma acompanhou de perto as investigações e apoiou a atuação das autoridades. Em audiências públicas realizadas na Câmara dos Deputados, o caso passou a simbolizar o confronto entre diferentes visões sobre o aborto: de um lado, autoridades defendiam que apenas cumpriam a legislação vigente; de outro, representantes de organizações de direitos humanos denunciavam a exposição das mulheres, o vazamento de informações pessoais e punições consideradas humilhantes. Ao final, o episódio demonstra que o Caso das 10 Mil se tornou um marco na disputa política sobre o aborto no Brasil, evidenciando como o tema passou a ser utilizado como instrumento de mobilização ideológica e legislativa, com impactos que permanecem até os dias atuais.
Episódio 4	A Médica	O episódio relata a trajetória da médica Neide Mota Machado após a descoberta de que sua clínica realizava abortos clandestinos em Campo Grande (MS). Em 2007, após investigações iniciadas por uma reportagem com câmera escondida, a Justiça decretou sua prisão preventiva pelos crimes de formação de quadrilha, prática de aborto, ameaça e posse ilegal de arma. Neide permaneceu foragida por quase dois meses até ser localizada em uma chácara na cidade de Terenos e presa pela polícia. Mesmo durante a prisão, demonstrou confiança e manteve uma postura firme diante da imprensa e das autoridades, sendo libertada cerca de 40 dias depois por meio de habeas corpus. Com o avanço das investigações, a médica passou a enfrentar graves consequências pessoais e profissionais. Sua clínica foi fechada, ela perdeu a principal fonte de renda, afastou-se

		da vida social e passou a viver de forma mais reclusa. O Ministério Público reuniu provas como prontuários de pacientes, medicamentos abortivos, equipamentos médicos e o depoimento de uma funcionária que confirmou a realização dos procedimentos. A defesa alegava que não havia confissão válida da médica, enquanto Neide afirmava que realizava os abortos por convicção pessoal, defendendo que a criminalização levava mulheres a recorrerem a procedimentos inseguros. A reportagem também apresenta aspectos da vida de Neide antes do escândalo. Natural de Uberaba (MG), ela formou-se em Medicina, especializou-se em anestesiologia e conquistou grande prestígio profissional em Campo Grande, sendo considerada uma excelente anestesista. Em 1989, fundou a Clínica de Planejamento Familiar, onde, segundo familiares, passou a realizar abortos clandestinos motivada por sua defesa da legalização do aborto. A acusação sustentava que ela havia lucrado milhões de reais com esses procedimentos, enquanto familiares afirmavam que também atendia gratuitamente mulheres sem condições financeiras. O episódio destaca ainda que Neide realizava outros atendimentos ginecológicos e participou de pelo menos um aborto legal pelo SUS em um caso de estupro. Ela dizia que o Estado encaminhava pacientes para sua clínica, alegando existir um acordo informal com autoridades, fato negado pelos políticos citados. Apesar de manter relações com figuras influentes da sociedade sul-mato-grossense, após a denúncia muitos antigos amigos se afastaram. Além dos problemas judiciais, Neide enfrentava dificuldades financeiras provocadas por gastos elevados e por uma fraude que atribuía a uma ex-funcionária, a quem acusava de desviar recursos e deixá-la endividada. Ela acreditava que também era vítima de perseguição política e afirmava que a reportagem que desencadeou a investigação havia sido planejada para prejudicá-la. Em 2008, a Justiça decidiu que Neide e quatro funcionárias seriam julgadas por 26 casos de aborto. No entanto, o julgamento nunca aconteceu. Em fevereiro de 2010, pouco antes da data marcada para o júri, a médica foi encontrada morta dentro de seu carro, em circunstâncias consideradas inconclusivas. Como a causa da morte permaneceu sob investigação, a Justiça impediu sua cremação, contrariando seu último desejo. Sua morte encerrou um dos casos mais emblemáticos relacionados ao aborto clandestino no Brasil, deixando um debate que envolvia questões jurídicas, éticas, políticas e de saúde pública.
Episódio 5	O Júri	O quinto episódio, narra o julgamento das funcionárias da Clínica de Planejamento Familiar de Campo Grande, realizado em abril de 2010, três anos após a investigação que revelou a realização de abortos na clínica. Com a morte da médica Neide Mota Machado, principal responsável pelo estabelecimento, o processo contra ela

		foi extinto, e o foco do julgamento passou a ser a psicóloga e três enfermeiras acusadas de participação nos procedimentos. A acusação utilizou prontuários médicos, a reportagem da TV Globo e depoimentos para sustentar que as funcionárias atuavam de forma organizada na realização de abortos, enquanto a defesa alegou que elas apenas cumpriam funções subordinadas e que a responsabilidade era da médica. Durante o júri, além das provas, argumentos morais, religiosos e emocionais também influenciaram o debate, refletindo a forte polarização em torno do aborto no Brasil. As funcionárias foram condenadas por parte dos casos, mas as penas foram reduzidas após recursos e posteriormente substituídas por suspensão condicional, com prestação de serviços comunitários. O episódio também discute como processos envolvendo aborto frequentemente são marcados por estigmas e estereótipos de gênero, especialmente contra mulheres em situação de vulnerabilidade. Por fim, mostra como o caso continuou repercutindo anos depois, tornando-se símbolo da mobilização de grupos contrários ao aborto, que buscaram transformar o antigo prédio da clínica em um memorial pró-vida, evidenciando que o caso ultrapassou o âmbito jurídico e passou a integrar o debate político, religioso e social sobre os direitos reprodutivos no Brasil.
Episódio 6	O Hospital	O sexto episódio aborda as dificuldades enfrentadas por mulheres e meninas para acessar o aborto legal no Brasil, mesmo nos casos previstos em lei, como gravidez decorrente de estupro, risco de vida para a gestante ou anencefalia fetal. O ponto de partida é o caso da menina de 10 anos, vítima de estupro, que em 2020 precisou viajar do Espírito Santo até Recife para realizar o procedimento após hospitais se recusarem a atendê-la e enfrentar protestos de grupos antiaborto na porta do hospital. A partir desse episódio, o podcast mostra como a desinformação, a objeção de consciência de profissionais, a falta de serviços especializados, o estigma e a pressão de grupos religiosos e políticos dificultam o acesso ao direito garantido por lei. O episódio também destaca o trabalho do Núcleo de Atenção Integral às Vítimas de Agressão Sexual (NUAVIDAS), em Uberlândia, coordenado pela médica Helena Paro, que oferece atendimento humanizado, inclusive por telemedicina, para vítimas de violência sexual e mulheres em risco de vida. Apesar de seguir protocolos legais e científicos, a equipe enfrenta perseguições, processos éticos e resistência dentro do próprio sistema de saúde. O relato evidencia que muitas pacientes desconhecem seus direitos, recorrem ao aborto clandestino por falta de informação ou atendimento e sofrem preconceito mesmo em hospitais públicos. Assim, o episódio conclui que, além do debate sobre a descriminalização do aborto, um dos maiores desafios no Brasil continua sendo garantir o acesso efetivo, seguro e digno ao aborto legal previsto na legislação.

2.1 O PODCAST COMO GENERO DISCURSIVO

O podcast consolidou-se como um gênero discursivo amplamente utilizado nas diferentes esferas da atividade humana, possibilitando a circulação de conteúdos informativos, educativos, jornalísticos e de entretenimento por meio das plataformas digitais. De acordo com Uchôa (2010), o termo podcast ganhou notoriedade em 2005, quando foi eleito a “Palavra do Ano” pelo New Oxford American Dictionary, em razão da crescente popularização da publicação de arquivos de áudio na internet.

Segundo Uchôa (2010), o podcast constitui uma prática comunicativa que ultrapassa a simples disponibilização de arquivos sonoros na internet. Trata-se de um gênero que se materializa em diferentes formatos discursivos, como entrevistas, debates, reportagens, palestras e narrativas, podendo ser acessado sob demanda em diferentes plataformas digitais. Nesse sentido, o autor afirma que a internet funciona como suporte para que diversos gêneros discursivos sejam difundidos por meio do podcasting, ampliando sua circulação e alcance social.

Como gênero discursivo, o podcast apresenta características próprias, a organização em episódios, a possibilidade de escuta em qualquer tempo e lugar, a distribuição gratuita em plataformas digitais e a diversidade temática. Conforme Uchôa (2010), os podcasts podem abordar os mais variados assuntos, apresentar histórias seriadas, promover debates ou conversas e possibilitar ao ouvinte acompanhar episódios de forma independente ou por meio de assinatura, recebendo notificações sempre que novos conteúdos são publicados.

Na perspectiva bakhtiniana discutida por Uchôa (2010), o podcast configura-se como um gênero discursivo por apresentar relativa estabilidade em sua organização composicional, conteúdo temático e estilo. Embora seja produzido no ambiente digital, incorpora características de gêneros já consolidados, como programas de rádio, entrevistas e documentários, reelaborando-os para atender às demandas comunicativas contemporâneas. Dessa forma, compreende-se que o podcast não constitui um gênero totalmente novo, mas uma reconfiguração de práticas discursivas já existentes, adaptadas às tecnologias digitais.

Em contextos como o do “*caso das 10 mil*”, os podcasts cumprem também uma função social importante: registrar vozes silenciadas, reconstituir histórias invisibilizadas e ensinar discursos institucionais. Além disso, por sua estrutura narrativa e caráter documental, os podcasts podem ser considerados objetos relevantes de estudo para a Análise do Discurso, uma vez que operam como produções discursivas que constroem sentidos sobre sujeitos, eventos e valores sociais. Assim, os episódios que abordam o “caso das 10 mil” não apenas

relatam os acontecimentos, mas também constroem uma memória discursiva em disputa com as versões midiáticas e jurídicas predominantes.

2.2 A ANÁLISE DOS DADOS

A presente pesquisa se classifica como qualitativa-interpretativa, pois o objeto será analisado do ponto de vista do conteúdo e do discurso, uma vez que não se propõe à quantificação de dados, mas à análise dos modos de construção discursiva e das representações atribuídas às mulheres envolvidas no “*caso das 10 mil*”. Parte-se do entendimento de que a linguagem não é transparente nem neutra, sendo constituída em relação direta com sua exterioridade social, histórica e política. O trabalho inscreve-se no campo dos estudos discursivos, adotando como perspectiva teórico-metodológica a Análise do Discurso de Michel Pêcheux, a partir da qual os episódios do podcast são analisados como materialidades discursivas, buscando compreender como os sentidos sobre as mulheres envolvidas no “*caso das 10 mil*” são produzidos. Para isso, examinamos os recortes selecionados considerando as condições de produção, a memória discursiva, as formações discursivas e as posições de sujeito que atravessam os enunciados, compreendendo que esses sentidos são historicamente e ideologicamente constituídos.

O *corpus* da pesquisa é constituído pelo podcast “*O Caso das 10 mil*”, narrado pelas jornalistas Angela Boldini e Carolina Moraes, produzido pela *Folha de São Paulo*. Foram selecionados os seis episódios que compõem o podcast, a saber: *Ep. 1 – A Clínica; Ep. 2 – As Mulheres; Ep. 3 – O Congresso; Ep. 4 – A Médica; Ep. 5 – O Júri; Ep. 6 – O Hospital*. A escolha desse corpus justifica-se por sua relevância midiática e pela forma como o podcast organiza os acontecimentos por meio de uma narrativa investigativa. Ao longo dos seis episódios, os fatos são apresentados de maneira sequencial, com a retomada de documentos, entrevistas, depoimentos e informações do processo judicial, reconstruindo o caso e conduzindo o ouvinte na compreensão dos acontecimentos e das diferentes posições assumidas pelos sujeitos envolvidos.

A coleta de dados ocorreu a partir da escuta dos episódios, seguida da seleção de sequências discursivas consideradas relevantes para a análise, especialmente aquelas que dizem respeito à descrição, representação e caracterização das mulheres envolvidas no caso. Essas sequências foram transcritas, respeitando-se as marcas de oralidade necessárias à compreensão dos efeitos de sentido produzidos. O dispositivo teórico-analítico foi construído ao longo do desenvolvimento da pesquisa, a partir de levantamento bibliográfico contínuo,

mobilizando os seguintes conceitos centrais da Análise do Discurso: Discurso, Sujeito, Formações Imaginárias e Interdiscurso. Esses conceitos orientam a análise dos enunciados, possibilitando compreender como determinadas imagens das mulheres são produzidas, legitimadas ou silenciadas no interior do discurso midiático.

A análise foi limitada ao conteúdo temático dos episódios, mas considera as condições de produção do discurso, o lugar social das jornalistas enquanto suas posições de enunciantes, bem como os atravessamentos ideológicos que sustentam os sentidos construídos. Dessa forma, busca-se compreender de que modo o podcast participa da produção de determinadas verdades sobre as mulheres, contribuindo para processos de subjetivação e regulação social. Contudo, os resultados da análise são articulados ao referencial teórico adotado, com o intuito de responder à questão de pesquisa proposta: de que modo o podcast representa e constrói discursivamente as mulheres envolvidas no “*caso das 10 mil*”, evidenciando os mecanismos discursivos que operam nessa construção.

3 ANÁLISE DOS EPISÓDIOS

A análise a seguir fundamenta-se na Análise do Discurso de Pêcheux, compreendendo o discurso como efeito de sentidos produzido nas relações entre linguagem, sujeito e ideologia. O corpus analisado é composto pelas transcrições dos seis episódios do podcast *Caso das 10 Mil*, sendo eles: Ep 1. A Clínica; Ep 2. As Mulheres; Ep 3. O Congresso; Ep 4. A Médica; Ep 5. O Júri; Ep 6. O Hospital. O objetivo da análise é compreender como as mulheres são discursivamente descritas pelas jornalistas e quais sentidos são produzidos a partir dessas construções.

Os procedimentos de análise consistem na seleção de recortes discursivos das transcrições dos episódios, escolhidos a partir da recorrência de formulações que descrevem as mulheres envolvidas no caso. A análise considera os modos de dizer das jornalistas, atentando para escolhas lexicais, formas de nomeação, adjetivações e silenciamentos, compreendidos como gestos discursivos que produzem sentidos sobre essas mulheres.

3.1 Episódio 1: “A Clínica”

O primeiro episódio analisado foi lançado no dia 30 de agosto de 2023, com duração de 24 minutos e 42 segundos, intitulado “*A Clínica*”. Inicia-se a partir da descrição do espaço físico da antiga Clínica de Planejamento Familiar, localizada no centro de Campo Grande (MS). As jornalistas constroem um cenário que extrapola a dimensão material do prédio, a

clínica é apresentada como um espaço visível, imponente e conhecido, o que tenciona a noção de clandestinidade ao evidenciar que, embora ilegal, a prática do aborto ali realizada era socialmente tolerada.

Nesse episódio, observa-se a constituição de um discurso que articula o aborto como uma prática simultaneamente comum e criminalizada. Ao afirmar que milhares de mulheres, pertencentes a diferentes classes sociais, religiões e profissões, recorreram à clínica, o podcast produz um efeito de sentido que desloca o aborto do campo da exceção para o da recorrência social. Tal movimento discursivo rompe com a formação imaginária que associa o aborto exclusivamente à marginalidade, inscrevendo as mulheres em uma rede de sentidos marcada pela pluralidade de experiências e contextos de vida. O rompimento do “acordo silencioso” entre a clínica e a sociedade local é apresentado como resultado da exposição midiática promovida pela reportagem exibida em rede nacional. A mídia, nesse contexto, emerge como instância de legitimação do olhar policial e jurídico, funcionando como dispositivo que transforma uma prática tolerada em um caso exemplar de criminalização. A apreensão dos prontuários médicos e sua posterior utilização como provas reforçam esse processo, produzindo um efeito de objetificação das mulheres, cujas histórias passam a ser reduzidas a registros burocráticos e jurídicos.

As descrições minuciosas contidas nas fichas médicas que incluem não apenas dados clínicos, mas informações sobre moralidade, religião, comportamento e relações familiares evidenciam a produção de um discurso que ultrapassa o âmbito da saúde e adentra o campo do julgamento moral. Nesse sentido, as mulheres são discursivamente construídas não apenas como pacientes, mas como sujeitos passíveis de avaliação ética e criminal, inscritas em formações discursivas que as associam à transgressão e à culpa. Além disso, o episódio explicita uma assimetria no tratamento discursivo dado aos sujeitos envolvidos no caso. Enquanto nomes de figuras socialmente influentes permanecem silenciados, os nomes de mulheres comuns passam a circular no espaço público, por meio do vazamento de informações e da cobertura jornalística. Tal assimetria evidencia o funcionamento do interdiscurso, no qual atravessamentos de classe, gênero e poder determinam quais sujeitos podem ser protegidos e quais podem ser expostos.

Por fim, ao articular o caso local ao cenário político nacional, o episódio insere o aborto em um embate ideológico mais amplo, no qual discursos religiosos, jurídicos e midiáticos disputam a produção de sentidos. Nesse movimento, o corpo feminino emerge como território de regulação e controle, e as mulheres envolvidas no “caso das 10 mil” são

constituídas discursivamente como objeto de políticas punitivas e de narrativas morais. No episódio 1, essa oscilação é produzida por diferentes recursos discursivos. Inicialmente, as mulheres são nomeadas como “pacientes”, tendo seus prontuários, fichas médicas e históricos clínicos apresentados pelas jornalistas. Em seguida, a narrativa incorpora a voz da investigação policial, fazendo referência às buscas, às apreensões de documentos, aos inquéritos e às provas reunidas contra as envolvidas. Além disso, expressões como “milhares de mulheres entrariam ali atrás de um procedimento comum no Brasil: o aborto” e a retomada constante da ilegalidade da prática fazem emergir uma dimensão moral e jurídica que atravessa toda a narrativa. O discurso produz efeitos de sentido que ora coletivizam, ora criminalizam, ora moralizam essas mulheres, sem lhes conceder plenamente o lugar de fala. Notamos que essas formulações se inscrevem, principalmente, na formação discursiva médica, quando as mulheres são nomeadas como pacientes; na formação discursiva jurídica, quando o podcast mobiliza inquéritos, provas, apreensões de documentos e a atuação policial; e na formação discursiva moral, quando a ilegalidade do aborto é retomada de modo recorrente. A articulação dessas formações discursivas produz efeitos de sentido que significam essas mulheres como pacientes, investigadas, suspeitas da prática do aborto e possíveis responsáveis por um crime, naturalizando essas posições de sujeito ao longo da narrativa jornalística.

“Milhares de mulheres entraram ali atrás de um procedimento comum no Brasil. O aborto”. (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 1).

Observa-se que a nomeação inicial das mulheres se dá pelo termo genérico “mulheres”, acompanhado de um quantificador amplo (“milhares”). Essa formulação produz um efeito de coletivização, diluindo as singularidades e construindo um grupo homogêneo. A escolha da nomeação “mulheres” não é neutra, pois inscreve essas mulheres em uma formação discursiva que as apresenta como um conjunto homogêneo, apagando suas histórias individuais e privilegiando uma dimensão coletiva do acontecimento. Ao utilizar um termo genérico, o discurso desloca o foco das trajetórias particulares para a quantidade de mulheres envolvidas, produzindo um efeito de generalização que aproxima o caso de um fenômeno social amplo. Nesse movimento, os sujeitos passam a ser significados como parte de um grupo, e não por suas experiências singulares, o que contribui para a produção de um efeito de neutralização dos julgamentos individuais.

“Os prontuários tinham informações básicas das pacientes, nome, sobrenome, idade, tempo de gestação.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 1).

Observa-se a nomeação das mulheres como “pacientes”, termo próprio da formação discursiva médica. Essa formulação significa essas mulheres como sujeitos vinculados ao cuidado e à assistência em saúde, produzindo um efeito de sentido que as afasta, naquele momento, da esfera jurídica e criminal. Entretanto, esse efeito de sentido não permanece estável. Esse deslocamento evidencia que os sentidos não estão fixados nas palavras, mas são produzidos pelas formações discursivas que atravessam os enunciados. Conforme afirma Pêcheux (1995[1975]), “chamaremos formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada, determina o que pode e deve ser dito.” Assim, a nomeação “pacientes” produz determinados efeitos de sentido apenas enquanto se inscreve na formação discursiva médica, podendo assumir outros sentidos quando deslocada para diferentes formações discursivas ao longo do podcast.

“Ficou claro também o porquê de a polícia considerar que essas fichas eram provas e essas provas incriminavam as pacientes.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 1).

Aqui, observa-se um deslocamento significativo na nomeação. Embora o termo “pacientes” seja mantido, ele passa a funcionar no interior de outra formação discursiva, agora vinculada ao discurso jurídico-penal. Com isso, a mesma designação deixa de produzir exclusivamente um efeito de sentido relacionado ao cuidado em saúde e passa a significar mulheres que podem ser responsabilizadas judicialmente. Esse funcionamento confirma o que afirma Pêcheux (1995[1975], p.160), ao definir formação discursiva como aquilo que, “a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”. Desse modo, ao longo do podcast, a designação “pacientes” deixa de significar apenas sujeitos em atendimento médico e passa a produzir efeitos de sentido que as aproximam da responsabilização penal e do julgamento social.

“O que começou a vazar foram nomes de mulheres comuns. Várias delas pobres, que tiveram que pedir descontos pra Neide pra fazer o procedimento.”. (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 1).

As adjetivações “comuns” e “pobres” funcionam como marcador avaliativo. O discurso produz um efeito de sentido que associa essas mulheres à vulnerabilidade social, em

contraste implícito com os “nomes importantes” que nunca vieram a público. Essa formulação inscreve as mulheres em uma formação discursiva de classe, produzindo uma leitura desigual da exposição e da punição, ainda que esse efeito não seja explicitamente tematizado pelas jornalistas.

“Outras fichas ainda descreviam a aparência, a religião e a visão moral das pacientes.”
(Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 1).

A referência à “visão moral” das pacientes funciona como uma qualificação indireta. O discurso produz um efeito de sentido que moraliza essas mulheres, mesmo quando essa moralização aparece atribuída aos prontuários e não às jornalistas. Notamos que essa formulação inscreve o corpo e a vida das mulheres em um regime de vigilância discursiva, no qual aspectos íntimos passam a ser tratados como elementos de prova.

“O que o Aloísio estava lendo eram trechos diretos dos prontuários das pacientes.”
(Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 1).

Podemos observar um silenciamento estrutural das vozes das mulheres ao longo do episódio. Elas aparecem predominantemente por meio de números, prontuários, fichas, nomes vazados ou objetos da investigação. Mesmo quando fragmentos de suas histórias são apresentados, eles chegam ao ouvinte mediados pelos discursos das jornalistas, das autoridades policiais, do juiz e pelos documentos médicos. Assim, as mulheres não ocupam a posição de sujeitos do dizer, mas são significadas pelo discurso do outro. Conforme Orlandi (2007), o silêncio não corresponde à ausência de sentido; ao contrário, ele também significa e participa da produção dos sentidos. Nessa perspectiva, compreendemos que o apagamento das vozes das mulheres constitui um funcionamento discursivo que limita sua possibilidade de dizer e reforça a assimetria entre quem fala e quem é falado.

3.2 Episódio 2: “*As Mulheres*”

O segundo episódio analisado foi lançado no dia 06 de setembro de 2023, com duração de 38 minutos e 20 segundos, intitulado “*As mulheres*”. O episódio desloca o foco narrativo do acontecimento institucional (a clínica, a polícia, o processo) para as trajetórias individuais das mulheres envolvidas. No entanto, esse deslocamento não rompe com as condições de produção do discurso jornalístico investigativo, que continuam organizando o dizer. Observa-

se que o episódio é produzido em um contexto ideológico marcado pela criminalização do aborto, pela autoridade do discurso jurídico e pela moralização do corpo feminino. Essas condições produzem um espaço discursivo tenso, no qual as mulheres passam a falar, mas ainda sob forte mediação institucional (jornalistas, promotoria e judiciário).

Dessa forma, observa-se que o episódio 2 constrói discursivamente as mulheres a partir de uma tensão entre visibilidade e silenciamento. Elas passam a ser nomeadas, individualizadas e contextualizadas, mas continuam inscritas majoritariamente em posições de criminalizadas. O discurso jornalístico, ao mesmo tempo em que denuncia as violências institucionais, mantém a mediação da fala e organiza os sentidos possíveis sobre essas mulheres, evidenciando que a disputa discursiva em torno do aborto permanece aberta e profundamente marcada por relações de poder.

A nomeação individualizada: “Lorena”, “Lia”, “Beatriz”, “Carla”. (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 2).

Diferentemente do episódio 1, observa-se neste episódio um deslocamento da nomeação coletiva (“milhares de mulheres”, “pacientes”) para a nomeação individualizada, por meio de nomes próprios. Essa transformação já pode ser percebida no título do episódio “*As Mulheres*”. Diferentemente do episódio anterior, cujo eixo organizador era um espaço institucional, agora a narrativa anuncia que o centro do discurso será as mulheres. Contudo, ao longo do episódio, torna-se evidente que essa centralidade é constantemente tensionada pelas mediações do discurso jornalístico, jurídico e acadêmico.

“Quando um carro da polícia parou na frente da casa da Lorena...” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 2).

Embora os nomes utilizados sejam fictícios, conforme explicitado, o efeito de sentido produzido é o de singularização. As mulheres passam a ser apresentadas como personagens com história, contexto mais familiar e trabalho. No entanto, essa individualização é atravessada por um silenciamento estrutural: as mulheres não falam diretamente no podcast, mas por meio da leitura de seus depoimentos por jornalistas.

“A voz que você ouviu é da jornalista da Folha...” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 2).

Observamos que a posição-sujeito das mulheres permanece mediada. Assim, como visto Pêcheux (2009) esse funcionamento evidencia que a circulação da palavra não depende apenas da existência de um sujeito disposto a falar, mas também das condições que autorizam determinado dizer. As mulheres aparecem no discurso, porém sua fala é reorganizada e legitimada por sujeitos investidos de autoridade jornalística. Assim, o podcast denuncia o silenciamento institucional dessas mulheres, mas também participa, inevitavelmente, da organização dos sentidos atribuídos às suas narrativas.

“Ela foi acusada de fazer um aborto, crime previsto no artigo 124 do Código Penal.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 2).

A nomeação de Lorena é imediatamente atravessada pelo discurso jurídico. Antes de ser significada como mãe, trabalhadora ou migrante, ela é apresentada como “acusada”. Na perspectiva da Análise do Discurso, a designação “acusada” inscreve o sujeito em uma formação discursiva jurídica, na qual determinados sentidos passam a ser autorizados e outros são silenciados. Conforme Pêcheux (2009), a formação discursiva determina aquilo que pode e deve ser dito em uma determinada formação ideológica. Nesse funcionamento, o aborto passa a ser significado prioritariamente como crime, produzindo efeitos de naturalização da culpabilidade da mulher e deslocando outras possibilidades de significação.

“Mais de mil mulheres tiveram que se explicar pelos atendimentos na clínica. O número de homens dá pra contar nos dedos. Foram sete.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 2).

O contraste entre homens e mulheres desloca o debate para além da aplicação formal da lei. Embora a legislação também preveja responsabilização de terceiros, o episódio evidencia que a incidência concreta da punição recai quase exclusivamente sobre os corpos femininos. Esse dado permite compreender que o funcionamento do discurso jurídico não é independente das relações sociais de gênero. A seletividade da persecução penal evidencia que determinadas posições-sujeito tornam-se mais vulneráveis à criminalização do que outras. Assim, o episódio desloca gradativamente o foco da prática do aborto para os mecanismos sociais que definem quem está efetivamente na culpa, quando no podcast diz que “mais de mil mulheres tiveram que se explicar pelos atendimentos na clínica”, enquanto “o número de homens dá pra contar nos dedos. Foram sete”. A oposição construída entre “mais de mil mulheres” e “sete homens” evidencia uma assimetria na distribuição da responsabilização penal. Ao selecionar esses números e colocá-los em contraste, a narrativa desloca a atenção do ato do aborto para a forma desigual como a punição é aplicada. A escolha lexical evidencia

que a criminalização não alcança igualmente todos os envolvidos, mas incide predominantemente sobre as mulheres.

“Eu me senti muito humilhada quando chegou àquela cartinha para eu comparecer sozinha.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 2).

A humilhação aparece como efeito discursivo central. Ao relatar: “Eu me senti muito humilhada quando chegou àquela cartilha para eu comparecer sozinha”, o podcast coloca em circulação um enunciado em que a própria entrevistada nomeia sua experiência como “humilhação”. A escolha do verbo “me senti” desloca o foco da punição jurídica para os efeitos subjetivos produzidos pelo processo. Além disso, a expressão “comparecer sozinha” produz um efeito de isolamento, reforçando a experiência individual da acusação. É a partir dessa materialidade linguística que compreendemos a humilhação como um dos efeitos discursivos produzidos pela atuação do sistema jurídico. Observa-se que o processo jurídico não atua apenas como punição legal, mas como dispositivo moralizador. Esse efeito se intensifica com a exposição pública dos nomes:

“Qualquer um com acesso à internet podia ver os nomes e as informações das denúncias.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 2).

A expressão “qualquer um” produz um efeito de universalização do acesso às informações, indicando que os dados deixam de circular apenas entre os sujeitos envolvidos no processo judicial. Ao mesmo tempo, a referência à internet desloca a acusação do espaço institucional para um espaço público de ampla circulação. Nessa materialidade discursiva, passa a organizar também a exposição social das mulheres. Assim, o discurso jurídico articula-se ao midiático porque a circulação pública dos nomes e das denúncias amplia os efeitos da acusação para além do tribunal, produzindo um regime de visibilidade que torna essas mulheres permanentemente identificáveis pelo crime do qual estão sendo acusadas. Nos relatos de Lia e Beatriz, observa-se a construção de justificativas que produzem um efeito de legitimação do aborto.

“Ela foi vítima de estupro.” “Ela tinha acabado de ser chamada para um concurso.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 2).

Essas formulações inscrevem as mulheres em uma formação discursiva da exceção: são casos que “explicam” ou “amenizam” a decisão pelo aborto. Esse funcionamento discursivo produz um efeito problemático: ao legitimar certos abortos, o discurso reforça implicitamente a ideia de que outros não seriam justificáveis.

“Pessoas com altíssimo poder aquisitivo usufruíam de serviços muito qualificados.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 2).

A diferenciação entre procedimentos seguros e inseguros demonstra que o acesso ao aborto clandestino não elimina as desigualdades sociais. Pelo contrário, elas são reproduzidas no interior da própria clandestinidade. Mulheres com maior poder aquisitivo acessam estruturas mais seguras, enquanto as mais pobres permanecem submetidas a maiores riscos físicos e jurídicos. Assim, gênero e classe articulam-se na constituição dessas posições-sujeito, revelando que a experiência da criminalização não é homogênea.

“Uma opção mais barata... uma medicação veterinária.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 2).

Observa-se que a desigualdade econômica produz diferentes efeitos de sentido sobre os corpos femininos: alguns são dignos de cuidado e conforto; outros, de precariedade e risco. Esse funcionamento evidencia que o discurso da clínica não é homogêneo, mas atravessado por relações de poder.

“Não é crueldade, é pedagógico.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 2).

A decisão judicial de impor trabalho em creches produz um efeito de sentido fortemente ideológico. O juiz reinscreve essas mulheres na formação discursiva da maternidade compulsória. Ao determinar que as mulheres cumpram pena em creches, a decisão judicial estabelece uma relação entre a punição e o cuidado infantil. A escolha desse espaço não é aleatória, pois convoca sentidos historicamente associados ao feminino e à maternidade. Nessa materialidade discursiva, o trabalho em creches funciona como uma forma de reinscrever essas mulheres na posição social de cuidadoras, mobilizando um imaginário em que o cuidado com crianças aparece como atributo próprio da mulher. É por esse funcionamento discursivo que interpretamos a decisão judicial como produtora de sentidos ligados à maternidade. Segundo Orlandi (2006), trata-se de um gesto de interpretação que tenta fixar sentidos: olhar crianças seria uma forma de “aprender” o valor da maternidade. Esse discurso reforça a mulher como ser naturalmente materna, apagando suas condições concretas de vida e decisão. Apesar do título *As Mulheres*, observa-se que muitas recusaram falar:

“Outras falaram que não queriam reviver o pior momento da vida delas.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 2).

O silêncio aparece aqui não como ausência, mas como efeito de violência discursiva acumulada. As mulheres escolhem não falar porque falar implica reviver a exposição e humilhação. Conforme Orlandi (2006), esse silêncio é constitutivo do discurso e revela os limites do dizível impostos pela ideologia dominante.

3.3 Episódio 3: “*O congresso*”

O terceiro episódio analisado foi lançado no dia 13 de setembro de 2023, com duração de 38 minutos e 4 segundos, intitulado “*O Congresso*”. O episódio 3 constrói o Congresso como lugar de produção e legitimação da violência discursiva contra as mulheres. Por meio de performances simbólicas, discursos religiosos travestidos de legalidade e estratégias de constrangimento público, o debate sobre aborto é rigidamente enquadrado, limitando os sentidos possíveis. Observa-se que o caso das 10 mil não é um desvio, mas um efeito direto da institucionalização do discurso antiaborto, que transforma convicções morais em políticas de Estado e produz impactos concretos na vida de milhares de mulheres.

O episódio é produzido em um contexto discursivo marcado pela institucionalização do conflito em torno do aborto no interior do Estado, especialmente no Congresso Nacional. Diferentemente dos episódios anteriores, que se concentravam na clínica, no Judiciário e nas mulheres, aqui o foco recai sobre atores políticos, estratégias parlamentares e disputas ideológicas travadas no campo legislativo. As condições de produção são atravessadas pela ascensão de frentes parlamentares conservadoras, pela crescente presença de discursos religiosos no espaço público e pela transformação do aborto em símbolo central de uma guerra moral. O Congresso aparece como espaço privilegiado de legitimação desses discursos, que passam a produzir efeitos diretos sobre políticas públicas, decisões judiciais e práticas policiais.

“E o Girão está segurando um feto de borracha.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 3).

Esse é um dos momentos discursivamente mais potentes do episódio. O feto de plástico funciona como um objeto simbólico que participa da produção de sentidos no episódio. Embora a cena seja organizada em torno da fala dos participantes, o objeto mobiliza uma materialidade significativa que produz efeitos de evidência sobre o aborto. Conforme Orlandi (1995), a Análise do Discurso não se restringe ao verbal, pois considera as diferentes formas materiais da linguagem na produção dos sentidos. Desse modo, o feto de plástico não atua apenas como elemento ilustrativo, mas participa da construção discursiva que associa o aborto à ideia de assassinato. A recusa de Silvio Almeida:

“Isso para mim é uma performance que eu repudio profundamente.”

(Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 3).

Introduz uma fissura nesse gesto. Ao nomear o ato como “performance” e “exploração”, ele desnaturaliza o objeto e revela seu funcionamento ideológico, recusando-se a ocupar a posição-sujeito que lhe é imposta.

“Essa interação representa bem o debate sobre direitos reprodutivos no Congresso nas últimas décadas.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 3).

A narrativa do podcast descreve a presença de fetos de plástico, camisetas com imagens de bebês e rosários durante a sessão do Congresso. Esses elementos não aparecem como simples detalhes do cenário, mas compõem o contexto simbólico em que o aborto é significado. Ao construir esse ambiente, o podcast evidencia as condições de produção em que os discursos sobre as mulheres envolvidas no caso circulam. Nesse funcionamento, as mulheres passam a ser representadas em um espaço fortemente atravessado por sentidos morais e religiosos, que influenciam os modos pelos quais são nomeadas, julgadas e significadas ao longo do episódio. A trajetória de Luiz Bassuma é central para compreender esse processo. O episódio mostra como um discurso inicialmente individual se transforma em estrutura institucional:

“Em novembro de 2005, ele fundou a primeira frente parlamentar antiaborto do Congresso Nacional.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 3).

O podcast aproxima enunciados de natureza religiosa da atuação parlamentar de Bassuma, produzindo o efeito de que esses sentidos participam da construção de sua posição política. Quando Bassuma afirma receber comunicações de “espíritos de abortados”, ao inserir esse contexto, o podcast não busca apenas caracterizar a atuação de Bassuma, mas construir as condições de produção em que os discursos sobre as mulheres envolvidas no caso são produzidos. Assim, a narrativa evidencia que a representação dessas mulheres é atravessada por sentidos morais e religiosos que influenciam os modos como elas são significadas no debate público.

“Trata-se aqui de legalizar o assassinato, a morte.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 3).

Esse enunciado é exemplar do funcionamento ideológico do discurso antiaborto. Ao nomear o aborto como “assassinato”, elimina-se qualquer possibilidade de polissemia: o debate é encerrado antes mesmo de começar. Segundo Orlandi (2006), trata-se de um gesto de fechamento de sentidos, que transforma uma questão complexa de saúde pública e direitos das mulheres em um crime moral absoluto. Esse funcionamento legitima práticas de constrangimento, exposição pública e perseguição política, como a antecipação de votos e a pressão sobre parlamentares.

“O Estatuto do Nascituro foi apresentado em março de 2007, um mês antes do estouro da clínica.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 3).

A proximidade temporal entre a apresentação do Estatuto do Nascituro e a operação policial em Campo Grande é utilizada pelo podcast para situar o Caso das 10 Mil em um contexto de fortalecimento dos discursos contrários ao aborto. Ao organizar esses acontecimentos em sequência, a narrativa sugere que as ações policiais e judiciais não ocorreram de forma isolada, mas em um cenário marcado pela intensificação das disputas em torno da criminalização do aborto. Nesse contexto, o caso é apresentado como um acontecimento que ganha centralidade no debate público e influencia os modos pelos quais as mulheres envolvidas passam a ser representadas. Na audiência de 2008, observa-se a materialização da disputa discursiva.

“É um crime cometido exclusivamente e punido exclusivamente às mulheres.”

(Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 3).

Esse enunciado sintetiza um dos principais efeitos de sentido do episódio. O aborto é desvelado como um dispositivo de controle dos corpos femininos, no qual a punição recai de forma quase exclusiva sobre as mulheres. O número “10 mil” deixa de ser apenas quantitativo e passa a operar como signo da desproporcionalidade e da perseguição, evidenciando que se trata menos de justiça criminal e mais de controle moral.

3.4 Episódio 4: “A Médica”

O quarto episódio analisado foi lançado no dia 20 de setembro de 2023, com duração de 43 minutos e 39 segundos, intitulado “A Médica”. O episódio 4 é produzido sob condições discursivas marcadas pela personalização extrema do conflito. Se nos episódios anteriores o foco recaía sobre as mulheres, o Judiciário e o Congresso, aqui o discurso se organiza em

torno de uma figura central, transformada em personagem pública: a médica. Essa personalização não é neutra. Ela opera um deslocamento do debate estrutural sobre aborto para a responsabilização individual, concentrando no corpo e na trajetória de Neide a violência simbólica, jurídica e midiática produzida ao longo do caso. O episódio se constrói, portanto, na tensão entre dois regimes discursivos: o discurso médico-sanitário, que legitima práticas de cuidado; e o discurso penal-moral, que reinscreve essas mesmas práticas como crime.

O episódio 4 constrói Neide Mota Machado como uma figura paradoxal: cuidadora e criminosa, idealista e empresária, protegida e descartada pelo Estado. Sua trajetória evidencia como o aborto, enquanto prática social tolerada torna-se crime apenas quando rompe o pacto do silêncio. A morte da médica funciona como encerramento simbólico do caso, deslocando o foco da responsabilização institucional para uma narrativa individual trágica. No entanto, o episódio insiste em recolocar o conflito em sua dimensão estrutural, reafirmando que Neide não é a origem do problema, mas um de seus efeitos.

“Se elas não têm onde fazer bem feito, elas vão fazer mal feito e vão morrer.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 4).

Ao afirmar “Se elas não têm onde fazer bem feito, elas vão fazer mal feito e vão morrer”, a médica desloca o foco do debate do ato jurídico para as condições concretas de vida das mulheres. A repetição da estrutura “fazer bem feito/fazer mal feito” organiza o argumento em torno das consequências da clandestinidade, enquanto o verbo “morrer” introduz a questão da vulnerabilidade feminina. Nesse funcionamento discursivo, as mulheres deixam de ser significadas prioritariamente como autoras de um crime e passam a ser representadas como sujeitos expostos a riscos produzidos pela ausência de acesso a serviços seguros de saúde.

“A Neide disse que as mulheres pobres morrem em abortos sem assistência médica adequada.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio)

A expressão “mulheres pobres” constitui uma das poucas nomeações mais específicas das mulheres no episódio. O adjetivo “pobres” não aparece apenas como informação econômica: ele delimita quais mulheres estão mais expostas à morte em decorrência do aborto clandestino. Ao relacionar diretamente “mulheres pobres” ao verbo “morrem”, o podcast evidencia que os efeitos da criminalização não se distribuem igualmente. As mulheres com

menos recursos são significadas como aquelas que não conseguem acessar procedimentos seguros e, por isso, suportam os maiores riscos.

Ao mesmo tempo, essa nomeação pode produzir um efeito de homogeneização, pois “mulheres pobres” aparecem como um grupo único, sem diferenças de idade, raça, território, profissão ou história pessoal. O episódio reconhece a desigualdade econômica, mas não desenvolve as demais condições sociais que podem atravessar essas mulheres.

“Ela criou uma clínica chique para atender pessoas abastadas que pudessem pagar.” (Podcast Caso das 10 Mil, episódio 4).

“Hospedar uma pessoa e cobrar por isso 15 mil reais ou dar dois comprimidos para uma outra que possa pagar mil.” (Podcast Caso das 10 Mil, episódio 4).

Nesse segmento, as mulheres são diferenciadas pela capacidade econômica. A expressão “pessoas abastadas” designa aquelas que possuíam recursos para pagar por internação e atendimento mais caro. Já a formulação “uma outra que possa pagar mil” coloca outra mulher em uma posição econômica inferior, embora ainda capaz de comprar o medicamento. É significativo que o promotor use a palavra genérica “pessoa”, apagando momentaneamente a marca feminina. Entretanto, pelo contexto, sabemos que se trata das mulheres atendidas na clínica. Essa escolha lexical pode produzir um efeito de neutralização, transformando as experiências dessas mulheres em exemplos de uma operação comercial.

Além disso, a oposição entre pagar “15 mil reais” e “mil” organiza as mulheres como consumidoras de serviços diferentes. Nesse modo de dizer, suas razões, conflitos e circunstâncias pessoais são silenciados, enquanto sua capacidade de pagamento ocupa o centro da representação.

3.5 Episódio 5: “*O Júri*”

O quinto episódio analisado foi lançado no dia 27 de setembro de 2023, com duração de 41 minutos e 7 segundos, intitulado “*O Júri*”. Observa-se que o episódio 5 é produzido em um contexto de jornalismo investigativo, vinculado à *Folha de S.Paulo*, em um momento histórico marcado pela intensificação dos debates políticos, jurídicos e morais sobre o aborto no Brasil. Nota-se que o episódio reconstrói discursivamente um julgamento ocorrido em 2010, mas o faz a partir de uma perspectiva contemporânea, atravessada por dados, pesquisas

acadêmicas e disputas ideológicas ainda em curso. Essa condição de produção inscreve o discurso das jornalistas em uma formação discursiva jornalística que reivindica objetividade, investigação e denúncia, ao mesmo tempo em que se coloca como mediadora legítima de vozes institucionais, como o Ministério Público, o Judiciário e pesquisadores.

Observa-se que o discurso do episódio se produz um efeito de sentido segundo o qual o aborto aparece como um campo de disputa ideológica, no qual ciência, direito, moral e religião se confrontam. Nota-se que, embora o podcast se apresente como crítico à moralização do aborto, ele também reproduz, em determinados momentos, a centralidade do discurso institucional, relegando as mulheres a posições discursivas secundárias. Essa formulação inscreve o episódio em uma formação discursiva jornalística-progressista, que denuncia o punitivíssimo, mas ainda opera sob os limites do discurso hegemônico, no qual as mulheres permanecem majoritariamente como objeto de fala, e não como enunciantes.

“Os promotores escolheram levar para o tribunal 26 casos de abortos feitos em 25 mulheres. As provas eram principalmente os prontuários médicos apreendidos pela polícia.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 5).

No enunciado, as mulheres são inicialmente quantificadas: “25 mulheres”. A escolha do numeral produz um efeito de contabilização, pois suas experiências são organizadas como unidades que integram o processo. Em seguida, elas deixam de aparecer diretamente e passam a ser representadas pelos “prontuários médicos”. O documento assume o lugar da voz das mulheres e passa a falar juridicamente por elas.

A formulação “26 casos de abortos feitos em 25 mulheres” também desloca o foco das trajetórias individuais para os procedimentos realizados. Não se informa, nesse momento, quem eram essas mulheres, por quais razões procuraram a clínica, quais eram suas condições familiares ou como vivenciaram a decisão. Elas aparecem principalmente como corpos nos quais determinados procedimentos teriam sido executados.

Esse funcionamento pode ser relacionado ao que Pêcheux (2009) discute sobre a produção histórica dos sentidos. No interior do atendimento médico, o prontuário registra uma relação entre paciente e profissional de saúde. Quando apreendido e inserido no processo, o mesmo documento passa a funcionar como prova jurídica. Assim, tanto o prontuário quanto a posição da mulher são ressignificados: ela deixa de aparecer somente como paciente e passa a ser associada a uma prática criminalizada.

“A promotoria dizia que o trabalho dela era de convencer as mulheres a abortar para trazer mais lucro para a clínica, e que, nesse cenário, ela seria responsável por trazer conforto emocional e tranquilizar a consciência das mulheres que passavam pelo procedimento.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 5).

As escolhas lexicais “convencer”, “trazer conforto emocional” e “tranquilizar a consciência” constroem uma determinada imagem das mulheres. O verbo “convencer” pressupõe que a decisão não teria partido inteiramente delas, mas teria sido produzida pela intervenção da psicóloga. As pacientes são, assim, representadas como sujeitos influenciáveis, cuja vontade poderia ser modificada pelos profissionais da clínica. A expressão “tranquilizar a consciência” introduz uma dimensão moral. O emprego de “consciência” pressupõe a existência anterior de culpa, conflito ou remorso. Mesmo sem que as mulheres falem sobre como se sentiam, o discurso da acusação atribui-lhes uma consciência inquieta, que precisaria ser tranquilizada para que o aborto fosse realizado.

Nesse funcionamento, duas imagens são construídas simultaneamente: a psicóloga aparece como responsável por manipular ou persuadir; as mulheres, por sua vez, aparecem como emocionalmente frágeis e incapazes de sustentar autonomamente sua decisão. A escolha do verbo “convencer” apaga a possibilidade de que elas já tivessem decidido interromper a gestação antes de chegar à clínica. Na perspectiva pecheutiana, essa representação não nasce das palavras isoladamente, mas da posição ocupada pela acusação no tribunal. Falando do lugar institucional do Ministério Público, o enunciador organiza os sentidos de maneira a enfraquecer a autonomia das pacientes e a fortalecer a tese de que a clínica lucrava com sua vulnerabilidade.

“A psicóloga falou [...] ter presenciado uma conversa em que a Neide dizia para uma das pacientes que „filhos só dá trabalho“, numa suposta tentativa de convencer essa mulher a abortar.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 5)

A formulação “filhos só dá trabalho” é apresentada como um argumento que teria sido utilizado para influenciar uma paciente. A expressão reduz a maternidade à ideia de dificuldade, mas o modo como é retomada pela acusação produz outro efeito: sugere que a mulher precisaria ser afastada de sua suposta inclinação natural para ser mãe. O emprego da expressão “suposta tentativa” é importante porque marca uma distância das narradoras em relação à afirmação. O podcast não apresenta o convencimento como fato indiscutível, mas

como interpretação atribuída à conversa. Essa escolha impede que a versão da acusação seja inteiramente naturalizada.

Entretanto, a paciente continua sem voz. Não sabemos como ela compreendeu a conversa, se já havia decidido abortar ou se considerou outros fatores. Ela é nomeada apenas como “uma das pacientes” e “essa mulher”. O artigo indefinido “uma” retira sua singularidade e a transforma em exemplo utilizado para demonstrar uma prática supostamente repetida na clínica.

“Num processo, os promotores apontaram que a ré era desumana, insensível, torpe e cruel contra um ser inofensivo.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 5)

“A tônica acaba sendo a criação de um personagem dessa mulher como sendo uma mulher má, uma mãe má, insensível [...] uma mulher [...] muito, muito, muito má, que foi capaz de eliminar uma vida.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 5)

Este recorte explicita as escolhas lexicais utilizadas em processos judiciais para representar mulheres que abortaram. Os adjetivos “desumana”, “insensível”, “torpe” e “cruel” não descrevem apenas um ato: eles produzem uma identidade moral para a mulher. A acumulação desses adjetivos forma uma sequência de intensificação. A mulher é desqualificada em diferentes dimensões: perde sua humanidade, sua sensibilidade e sua integridade moral. Ao mesmo tempo, o feto é designado como “ser inofensivo”. A oposição entre a mulher “cruel” e o ser “inofensivo” constrói uma relação entre agressora e vítima, direcionando antecipadamente a interpretação do processo.

A repetição de “muito, muito, muito má” reforça o excesso dessa construção. A pesquisadora entrevistada pelo podcast nomeia esse funcionamento como a criação de uma “personagem”. Isso indica que o processo não se limita à análise jurídica dos fatos: ele produz uma narrativa moral sobre quem seria aquela mulher. A nomeação “mãe má” também é significativa. Ainda que a gestação tenha sido interrompida, a mulher é discursivamente colocada na posição de mãe e julgada a partir dela. O aborto passa a ser significado como recusa ou violação da maternidade. Desse modo, uma memória discursiva sobre a mulher naturalmente destinada a ser mãe é retomada para qualificá-la negativamente.

Para Pêcheux (2009), o pré-construído corresponde àquilo que aparece no dizer como se já fosse evidente. Nesse caso, funciona como evidência a ideia de que toda mulher grávida já ocuparia necessariamente a posição de mãe e deveria agir de acordo com o comportamento esperado dessa posição. A mulher que interrompe a gestação é, então, construída como desvio: “mulher má” e “mãe má”. Isso mostra que a criminalização discursiva não se restringe à nomeação “ré”. Ela se realiza também por meio de adjetivos que transformam uma conduta em identidade e constroem essas mulheres como moralmente inadequadas.

“O estudo sugere que são mulheres negras, racializadas e em condição de maior vulnerabilidade social.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 5).

Diferentemente das nomeações genéricas, esse recorte introduz marcadores sociais específicos: “negras”, “racializadas” e em “maior vulnerabilidade social”. A escolha dessas expressões desloca a interpretação do plano estritamente individual para as condições sociais em que a criminalização ocorre. O adjetivo “negras” torna visível a dimensão racial do processamento jurídico. Já “racializadas” mostra que a raça não funciona somente como característica pessoal, mas como uma relação social que interfere na maneira pela qual determinados corpos são vistos, abordados e julgados. A expressão “vulnerabilidade social”, por sua vez, relaciona a criminalização às condições econômicas e institucionais vivenciadas por essas mulheres.

Entretanto, o podcast emprega o verbo “sugere”, evitando apresentar o perfil como uma conclusão absoluta. Essa escolha lexical é metodologicamente cuidadosa, pois os próprios dados disponíveis são descritos como limitados. A articulação com as condições de produção é central. Na perspectiva de Pêcheux (2009), os discursos não podem ser separados das relações históricas e institucionais em que são produzidos. Assim, a representação das mulheres processadas não decorre apenas da prática do aborto, mas também das posições sociais que ocupam.

Nesse caso, a proibição foi de frequentar bares, lupanares [...] e locais de reputação duvidosa.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 5).

“Muito provavelmente envolve um estereótipo muito prejudicial à mulher, no sentido de que a mulher, quando vai a bares, [...] é mais suscetível a relacionamentos que são casuais,

fortuitos, uma mulher que não seria uma boa mulher, uma boa mãe.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 5).

Embora o primeiro enunciado apresente a medida como condição jurídica, as escolhas dos lugares proibidos mobilizam sentidos que ultrapassam a punição pelo aborto. “Bares”, “lupanares” e “loais de reputação duvidosa” são associados a comportamentos sexuais e morais considerados inadequados. A expressão “loais de reputação duvidosa” é especialmente relevante, pois “reputação” não se refere diretamente ao crime julgado. Ela introduz uma avaliação sobre os espaços que a mulher pode frequentar e, conseqüentemente, sobre a conduta que deve assumir.

Na explicação da pesquisadora, aparecem as designações “boa mulher” e “boa mãe”. O adjetivo “boa” estabelece um modelo normativo: para ser reconhecida como moralmente adequada, a mulher deve controlar sua circulação, sua sexualidade e seus relacionamentos. A mulher que frequenta bares é imaginada como mais sujeita a relações “casuais” e “fortuitas”, escolhas lexicais que relacionam o aborto à suposta liberdade sexual. Nesse funcionamento, a punição produz uma tentativa de disciplinar não somente um ato, mas o comportamento social das mulheres. A sentença passa a determinar onde elas podem circular e quais modos de vida são considerados compatíveis com as posições de “boa mulher” e “boa mãe”.

O recorte mostra a atuação de uma memória discursiva que associa a respeitabilidade feminina ao controle da sexualidade e à maternidade. Esses enunciados são atravessados por dizeres anteriores que retornam como evidências. A ligação entre bares, relações casuais, aborto e inadequação materna não é criada naquele processo: ela atualiza sentidos historicamente construídos sobre o comportamento feminino.

3.6 Episódio 6: “*O Hospital*”

O sexto episódio analisado foi lançado no dia 04 de outubro de 2023, com duração de 54 minutos e 24 segundos, intitulado “*O Júri*”. Observa-se que o episódio é produzido em um contexto discursivo marcado pela intensificação do debate público sobre o aborto legal no Brasil, especialmente a partir de casos emblemáticos de violência sexual contra meninas e mulheres amplamente divulgado pela mídia. Nota-se que o episódio articula acontecimentos históricos (desde a década de 1940) e acontecimentos recentes, como a pandemia de Covid-19 e a atuação de grupos antiaborto em 2020, inscrevendo o discurso jornalístico em uma

formação ideológica que problematiza o acesso à saúde pública e aos direitos reprodutivos. O discurso produz um efeito de sentido de urgência e denúncia, ao relacionar dados estatísticos, narrativas individuais e conflitos institucionais, evidenciando que o hospital um espaço socialmente associado ao cuidado também se constitui como espaço de violência simbólica e institucional contra mulheres.

Observamos que as jornalistas assumem predominantemente um lugar discursivo de investigadoras, legitimadas pelo discurso jornalístico e pelo recurso constante a dados oficiais, entrevistas com especialistas e relatos de vítimas. Notamos que essa posição-sujeito lhes permite construir determinadas versões dos fatos como evidentes, especialmente no que diz respeito às falhas do sistema de saúde e às barreiras impostas ao aborto legal. Ao narrar episódios como a invasão do hospital em Recife e a recusa institucional baseado na objeção de consciência, as jornalistas também ocupam um lugar de porta-vozes da verdade factual, articulando ciência, legislação e direitos humanos. Essa posição-sujeito produz um efeito de sentido de autoridade discursiva, ao mesmo tempo em que orienta a interpretação do ouvinte para uma leitura crítica das práticas médicas e jurídicas que atravessam a experiência das mulheres.

No episódio em análise podemos também observar que, o discurso produz um deslocamento significativo da mulher como “acusada” para a mulher como “vítima” e “sujeito de direito”, sem, contudo, romper totalmente com a mediação jornalística que controla os sentidos possíveis sobre suas experiências. O efeito de sentido dominante é o de denúncia institucional, evidenciando como o hospital, enquanto aparelho ideológico do Estado pode operar tanto como espaço de cuidado quanto de violência simbólica.

“O grupo que se reúne na frente do Centro de Saúde Amaury de Medeiros, o CISAM, está ali para impedir que uma dessas vítimas consiga fazer um aborto legal.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 6).

“O caso da menina de 10 anos que engravidou depois de ter sido estuprada pelo tio várias vezes virou notícia internacional e colocou nos holofotes as dificuldades que mulheres e meninas encontram para acessar o aborto no Brasil, mesmo nos casos em que ele é permitido por lei.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 6).

“Quando chegou na cidade, ela se deparou com uma multidão na porta do hospital. Acabou tendo que se esconder no porta-malas de um carro para entrar no prédio.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 6).

Nesse recorte, o podcast constrói inicialmente a menina como vítima de violência sexual e como sujeito que possui o direito legal de interromper a gravidez. As expressões “menina de 10 anos”, “estuprada pelo tio” e “aborto legal” delimitam uma posição discursiva: trata-se de uma criança violentada, e não de uma mulher que realizou uma escolha livre e desvinculada de suas condições. Entretanto, a presença de manifestantes na porta do hospital revela o funcionamento de outra formação discursiva. Nela, a criança deixa de ser significada prioritariamente como vítima e passa a ser construída como portadora de uma gestação que deveria ser preservada. Sua infância, seu sofrimento e a violência sofrida são colocados em segundo plano diante de uma memória discursiva que apresenta a maternidade como destino natural do corpo feminino.

Essa formação discursiva projeta sobre a menina a imagem de uma futura mãe, mesmo que a gravidez seja resultado de estupro. Seu corpo passa a ser apropriado simbolicamente por sujeitos externos, que procuram decidir sobre a continuidade da gestação. A criança é construída não como sujeito autônomo, mas como corpo reprodutivo submetido à vigilância moral e religiosa. O fato de precisar entrar no hospital escondida no porta-malas produz um efeito de inversão. Embora não tenha cometido crime, ela é obrigada a esconder-se como se estivesse praticando uma ação proibida. A vítima ocupa, simbolicamente, o lugar reservado ao criminoso. O agressor quase desaparece da narrativa pública, enquanto o corpo da menina é exposto, vigiado e disputado. O podcast evidencia, portanto, que a criminalização discursiva não depende necessariamente da prática de um crime. Ela ocorre quando a vítima é levada a esconder-se, quando seu direito é questionado e quando sua decisão é transformada em objeto de julgamento público.

“Meninas e também mulheres adultas vítimas de violência sexual enfrentam uma via-crúcis de negligência institucional, falta de informação e assédio moral quando procuram por abortos previstos na lei.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 6).

“Muitas delas recorrem à interrupção no mercado clandestino por causa disso.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 6).

“Relatos assim fazem parte da história da Clínica de Planejamento Familiar de Campo Grande, em que mulheres escolheram procurar a clandestinidade para evitar o estigma no sistema de saúde.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 6).

O recorte estabelece uma relação direta com as mulheres da Clínica de Planejamento Familiar de Campo Grande. No discurso policial e jurídico recuperado nos episódios anteriores, essas mulheres foram construídas como responsáveis por procurar uma clínica clandestina e por realizar uma prática criminalizada. Entretanto, o último episódio produz um deslocamento nessa construção. A procura pela clandestinidade passa a ser apresentada como consequência da “negligência institucional”, da “falta de informação”, do “assédio moral” e do “estigma no sistema de saúde”.

O podcast não elimina completamente a agência das mulheres, pois afirma que elas “escolheram procurar a clandestinidade”. Contudo, essa escolha é situada dentro de condições sociais e ideológicas específicas. Não se trata de uma escolha plenamente livre, mas de uma decisão realizada diante do medo da exposição, do julgamento moral e da ausência de serviços acolhedores. Assim, as mulheres deixam de ser construídas apenas como autoras de uma prática ilegal e passam a ser significadas como sujeitos empurrados para a clandestinidade pelas próprias instituições. O foco discursivo desloca-se da responsabilidade individual para as condições de produção que limitam as possibilidades de escolha.

“Ela engravidou desse estupro e foi equivocadamente orientada dentro dos serviços de saúde que ela precisaria de fazer o BO para poder ter direito ao aborto legal.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 6).

“Ela chegou a mencionar [...] a violência sofrida, mas foi orientada de que ela ia ter que prosseguir com o pré-natal porque só ia ter direito ao aborto se fizesse o BO.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 6).

Nesse recorte, a mulher relata a violência sexual sofrida e manifesta a intenção de interromper a gravidez. Apesar disso, os profissionais de saúde a encaminham para o pré-natal. Essa prática constrói ideologicamente a mulher a partir da posição de gestante, apagando ou subordinando sua posição de vítima de estupro. O teste de gravidez positivo parece produzir automaticamente uma identidade materna. A instituição não reconhece imediatamente a mulher como sujeito capaz de decidir sobre seu corpo, mas como alguém que

deve continuar a gestação. O enunciado “ter que prosseguir com o pré-natal” materializa esse efeito de imposição. A construção da mulher como gestante não é neutra. Ela mobiliza uma memória discursiva na qual a gravidez conduz naturalmente à maternidade.

A possibilidade de interrupção aparece como exceção que precisa ser comprovada, autorizada ou legitimada por documentos externos. A fala da mulher sobre a violência é considerada insuficiente. Para que ela seja reconhecida como vítima e tenha acesso ao procedimento, os profissionais exigem um boletim de ocorrência. Dessa maneira, sua palavra é construída como pouco confiável ou incapaz de produzir efeitos de verdade por si mesma. A mulher ocupa, portanto, duas posições contraditórias: é reconhecida como gestante, pois recebe encaminhamento para o pré-natal, mas não é plenamente reconhecida como vítima, porque sua narrativa precisa de confirmação policial. Essa contradição demonstra que as instituições não apenas atendem as mulheres, mas produzem sentidos sobre quem elas são e sobre qual valor deve ser atribuído às suas palavras.

“Foi por causa do filho que ela decidiu interromper essa segunda gestação. Ela não queria correr o risco de deixar ele sozinho.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 6).

A história de Fernanda rompe com uma das imagens mais recorrentes nos discursos contrários ao aborto: a representação da mulher que aborta como alguém que rejeita a maternidade ou que age de forma egoísta e irresponsável. Fernanda decide interromper a gestação porque possui um tumor e corre risco de vida. Ela cria sozinha uma criança e teme deixá-la desamparada. Sua decisão pelo aborto é construída pelo podcast como uma decisão relacionada ao cuidado materno.

Nesse caso, a maternidade não aparece em oposição ao aborto. É justamente a condição de mãe que participa da decisão de interromper a gravidez. Fernanda escolhe permanecer viva para cuidar do filho que já possui. O podcast produz, assim, um deslocamento ideológico importante. A mulher que aborta não é significada como “não mãe”, mas como uma mãe que avalia suas condições de saúde, suas responsabilidades e os efeitos de sua possível morte sobre a criança. Essa representação desestabiliza a evidência produzida por discursos conservadores de que toda mulher que realiza um aborto rejeita a maternidade. A narrativa mostra que as experiências são complexas e não cabem em oposições simplificadas entre mulheres que amam os filhos e mulheres que abortam.

“No hospital, as vítimas de violência sexual têm que escrever à mão o que aconteceu com elas e assinar um termo de responsabilidade em que afirmam falar a verdade.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 6).

“Nesse papel, elas declaram que estão cientes de que falsidade ideológica é crime e de que o aborto em casos não previstos por lei também.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 6).

“Na situação de violência sexual, é ainda mais [grave] exigir que a pessoa escreva uma coisa que ela já falou. Muitas vezes ela já falou, muitas vezes.” (Podcast *Caso das 10 Mil*, episódio 6).

O recorte evidencia de modo direto a construção da mulher como sujeito suspeito. Ela não precisa apenas contar o que aconteceu, mas escrever, assinar e declarar formalmente que fala a verdade. Ao mencionar a falsidade ideológica e a criminalização do aborto, o documento coloca a paciente sob ameaça jurídica. Ela procura atendimento na condição de vítima, mas é lembrada de que poderá ser responsabilizada caso sua narrativa seja considerada falsa. Assim, a instituição constrói simultaneamente duas imagens da mulher: a vítima que necessita de cuidado e a possível criminosa que pode estar tentando obter um aborto fora das condições legais.

Essa duplicidade revela o funcionamento da ideologia. O discurso institucional afirma acolher a vítima, mas organiza o atendimento a partir da desconfiança. A palavra da mulher somente é aceita quando submetida a procedimentos de controle e responsabilização. A necessidade de repetir o relato várias vezes também produz um processo de revitimização. A mulher é obrigada a retornar discursivamente à violência sofrida para demonstrar que merece o atendimento. O episódio mostra, portanto, que a burocracia participa da construção ideológica das mulheres. Os formulários, termos e advertências não são apenas instrumentos administrativos. Eles materializam sentidos de suspeição, controle e vigilância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, buscamos compreender como os discursos produzidos no podcast *O Caso das 10 Mil* constroem ideologicamente as mulheres envolvidas no caso da Clínica de Planejamento Familiar de Campo Grande (MS). Partimos da perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso de orientação pecheuxtiana, entendendo que os sentidos

não são naturais nem transparentes, mas historicamente produzidos nas relações entre linguagem, sujeito, ideologia e condições de produção.

As análises realizadas permitiram responder à questão que orientou este trabalho. Observamos que o podcast produz uma construção discursiva complexa das mulheres envolvidas no caso, marcada por diferentes formações discursivas que se entrecruzam ao longo da narrativa. Em determinados momentos, essas mulheres são significadas como pacientes, sujeitos que recorrem a um serviço de saúde diante de diferentes contextos sociais e pessoais; em outros, passam a ser construídas como investigadas, acusadas e criminosas, sob o funcionamento do discurso jurídico. Paralelamente, também são atravessadas por discursos morais, religiosos e políticos, que produzem efeitos de culpabilização, vigilância e controle sobre seus corpos e suas escolhas.

As análises evidenciaram que esses sentidos não são produzidos isoladamente, mas se constituem por meio do interdiscurso, retomando dizeres já estabilizados sobre maternidade, feminilidade, sexualidade e aborto na sociedade brasileira. Dessa forma, verificamos que o podcast mobiliza memórias discursivas que tanto reproduzem sentidos historicamente cristalizados quanto abrem espaço para sua problematização, especialmente quando apresenta relatos de mulheres, profissionais da saúde e representantes de movimentos sociais.

Também identificamos que, embora o podcast busque recuperar histórias frequentemente silenciadas, as mulheres continuam ocupando, em muitos momentos, a posição de objeto do discurso. Suas experiências aparecem mediadas pelas vozes das jornalistas, do sistema de justiça, da polícia, da medicina e de outros sujeitos autorizados a falar, evidenciando que o acesso à palavra também é atravessado por relações de poder. Nesse funcionamento discursivo, o silêncio não representa ausência de sentido, mas constitui um mecanismo que participa da produção das representações dessas mulheres.

Ao analisarmos os seis episódios em conjunto, percebemos um deslocamento na construção discursiva do caso. A narrativa inicia enfatizando a clínica e a investigação policial, passa pelas histórias das mulheres, pelas disputas políticas e jurídicas, pela trajetória da médica responsável e culmina na discussão sobre o aborto legal no Brasil. Esse percurso amplia a compreensão do caso ao mostrar que ele ultrapassa o âmbito criminal, revelando disputas ideológicas em torno dos direitos reprodutivos, da autonomia feminina e do controle social sobre o corpo das mulheres.

Assim, compreendemos que o podcast não apenas relata acontecimentos, mas participa ativamente da produção de sentidos sobre *O Caso das 10 Mil*. Ao selecionar determinadas vozes, organizar a narrativa e construir determinadas formas de nomeação, descrição e

caracterização das mulheres, produz representações que dialogam com diferentes formações discursivas e ideológicas, evidenciando que o discurso jornalístico também constitui um espaço de disputa de sentidos.

Por fim, esperamos que esta pesquisa contribua para os estudos da Análise do Discurso, especialmente aqueles que investigam as relações entre linguagem, mídia e gênero, bem como para as discussões acerca das representações discursivas das mulheres em contextos de criminalização do aborto. Esperamos, ainda, que este trabalho possa incentivar novas pesquisas sobre discursos midiáticos, direitos reprodutivos e produção de subjetividades femininas, ampliando o debate acadêmico sobre um tema que permanece atravessado por conflitos sociais, políticos e ideológicos.

REFERENCIAS

Análise do Discurso: conversa com Eni Orlandi. Revista Teias, Rio de Janeiro: ano 7, nº 13-14, jan/dez 2006. Entrevista concedida a Raquel Goulart Barreto.

CASO DAS 10 MIL. *Caso das 10 Mil*. [Locução de]: Angela Boldrini; locução de Carolina Moraes. São Paulo: Folha de S.Paulo, 30 ago. 2023-. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/5udt7SYVJBWfvvSeZoVwdt>. Acesso em: 15 junho. 2025.

FLEISCHER, S.; MOTA, J. C. da. Mundaréu: um podcast de Antropologia como uma ferramenta polivalente. GIS - Gesto, Imagem e Som - Revista de Antropologia, São Paulo, Brasil, v. 6, n. 1, p. e-172390, 2021. Acesso em 29 dezembro. 2025.

FREIRE, Eugênio Paccelli Aguiar. Potenciais cooperativos do podcast escolar por uma perspectiva freinetiana. Revista Brasileira de Educação, v. 20, n. 63, p. 1033-1056, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206312>. Acesso em 29 dezembro. 2025.

MARIANI, Bethania. O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Centro de Memoria Unicamp, 1998.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2001.

Papel da Memória. In: ORLANDI, E.; ACHARD, P.; DAVALLON, J; DURAND, J-L. Papel da Memória. Campinas: Pontes, 2010.

PECHEUX, Michel. Semântica e discurso. 4. ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F. & HANK, T. (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

TIGRE, Rodrigo. Podcast S/A: Uma revolução em alto e bom som. São Paulo: Editora Nacional, 2021.

UCHÔA, J. M. S. O gênero Podcast educacional: descrição do conteúdo temático, estilo e construção composicional. 2010. 111 f. Dissertação (Mestrado em Letras) –Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2010.